

COLETIVO ETINERÂNCIAS



# REDES DE CUIDADO

REVOLUÇÕES INVISÍVEIS POR UMA VIDA VIVÍVEL

Raissa Capasso  
Débora Del Guerra  
Gabriel Kieling





**COLETIVO ETINERÂNCIAS**



1ª impressão  
junho 2021

COLETIVO ETINERÂNCIAS



# REDES DE CUIDADO

REVOLUÇÕES INVISÍVEIS POR UMA VIDA VIVÍVEL

Raissa Capasso  
Débora Del Guerra  
Gabriel Kieling



CONCEPÇÃO, METODOLOGIA  
E REALIZAÇÃO

**Coletivo Etinerâncias –  
Raissa Capasso, Débora Del  
Guerra e Gabriel Kieling**

DIREÇÃO DE ARTE,  
CAPA E ILUSTRAÇÕES

**Gabriel Kieling**

PROJETO GRÁFICO  
E DIAGRAMAÇÃO

**Gabriel Kieling e Julia Pinto**

ELABORAÇÃO E  
ORGANIZAÇÃO

**Raissa Capasso e Débora Del  
Guerra**

COAUTORIA DO CAPÍTULO 3

**Lívia Ascava e Raissa Capasso**

APOIO EM COMUNICAÇÃO

**Serpente Coletiva –  
Lívia Ascava, Raquel  
Porangaba e Angela Bia Roman**

EDIÇÃO

**Verena Glass**

REVISÃO DE CONTEÚDO

**Rafaela Dornelas**

REVISÃO DE TEXTO

**Hugo Maciel**

As reflexões presentes neste livro foram sendo tecidas de forma coletiva, desde a itinerância, muita escuta, acolhimentos e bênçãos, ao longo de anos de prática territorial, por Raissa Capasso, Débora Del Guerra e Gabriel Kieling. O apalavramento deste material foi tramado por Raissa e Débora. O capítulo "Uma comunicação feita com unhas de terra: a retomada do sentido" foi escrito por Livia Ascava e Raissa. A elaboração artística é de Gabriel.





## **AGRADECIMENTOS**

às mulheres da nossa rede de cuidados, que, com muito compromisso e carinho, nos acolheram e qualificaram a realização deste projeto. Heloisa e Raiara Capasso, Deuza Brabo, Raquel Porangaba, Lorraine Loyola Rares e Julianna Malerba;

às nossas crianças, Tiê, Rosa e Vicente, por inspirar *el sangre en las venas, leche en las tetas y amor en el corazón* como nos dizem *las compas zapatistas*;

às pessoas que sustentam cotidianamente as redes de cuidado em cada parte de Abya Yala;

## **AS COLABORAÇÕES NESTE LIVRO FORAM DE**

Ana Maria Pereira de Sousa, Ararawã Baenã (Fabio Titiah), Deyse Ferreira, Mestre Dirceu Ferreira, Djanira Nunes Izaias, Fabrício Titiah, Gabriela Arroyo Morales, Inaldo Kum'tum Gamela, Mestre Joelson Ferreira, Juliana Santos, Luíz Fernando Vasconcelos, Lucimar Sousa Silva Pinto, Luh de Paula, Lhia de Souza, Maria Muniz (Mayá), Marli Borges, Meire Diniz, Nailton Muniz, Nayane Ferreira, Paula Cristina Fonseca da Silva, Rita de Cassia, Rosa Tremembé, Rosilene Cruz (Dona Rosa), Rutsy Pop, Solange Brito, Valéria Alterosa, Vivian Tofanelli e Zica Pires.

## **COM INSPIRAÇÃO TAMBÉM EM**

Agenda Marielle, Andréia de Jesus, Ana Paula, Áurea Carolina, Bella Gonçalves, Cacique Babau Tupinambá, Charlene Cristiane, Cida Falabella, Dona Maura Baenã Titiah, Eliete Paraguassu, Erica Malunguinho, Iza Lourenço, Jô Cavalcante, Lorena Cabnal, Mãe Beth de Oxum, Marcelo Lopes de Sousa, Mariana Dias, Marielle Franco, Mario Rodríguez Ibáñez, Mônica Francisco, Mulheres Negras Decidem, Nádia Tupinambá, Renata Moreno, Renata Souza, Sílvia Rivera Cusicanqui, Sueli Carneiro e Talíria Petrone.

A rede que participou do trabalho que posteriormente gerou este livro é composta por territórios e parcerias de lutas nos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. São eles:

#### **Teia dos Povos e**

#### **Comunidades Tradicionais do Maranhão (MA)**

- Quilombo Santa Rosa dos Pretos;
- Quilombo Aldeia Velha;
- Quilombo Guerreiro;
- Sítio Raízes;
- CIMI – Conselho Missionário Indigenista;
- Povo Tremembé de Raposa;
- Povo Akroá-Gamela.

#### **Teia dos Povos (BA)**

- Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB, nas Ocupações Maria Filipa, Dandara, Manuel Faustino, Marielle Franco e Paraíso);
- Assentamento Terra Vista;
- Território Pataxó Hãhãhãe;
- Aldeia Água Vermelha, Aldeia Milagrosa e Aldeia Caramuru.

#### **Brigadas Populares (MG)**

- Ocupações Urbanas Dandara e Vitória e Rosa Leão do Isidora;
- Ocupação Tomás Balduino.

#### **Residencial Alterosas e**

#### **Vila Bispo de Maura (MG)**

#### **Quilombo Irmandade**

#### **Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis (MG)**







## Somos feitas de outras

Invisíveis. Somos invisíveis, junto a invisíveis e com forças invisíveis tecemos nosso caminho. Na partilha de nossos dias junto a mulheres e homens que atuam no cuidado e na defesa de seus territórios — parteiras, erveiras, contadores de história, mestres e mestras griôs da cultura popular, raizeiras, entre tantas —, somos ao mesmo tempo aprendizes e co-criadoras, guardiãs e tecedoras de encontros entre mundos. De Mayás, Cidas e Gabys, somos feitas de outras. Este livro é uma homenagem a todas que nos compõem e um convite à ousadia de sempre: ousar pensar-se, ousar produzir conhecimento aberto e livre e, sobretudo, essa ousadia maior, a de celebrarmos como forma de enfrentar os tempos de morte.

Se o cuidado é o centro, a política do invisível é nossa guia. Nos desafia a forjar métodos que sejam suficientemente potentes para a manutenção de nossas vidas e saberes. Através da escuta, convivência, vínculo e apoio à inteligência coletiva, buscamos articulação política em torno do campo do cuidado para o bem viver e para o florescimento de redes e do comum, erguendo metodologias e tecnologias sociais, ancestrais e digitais.

Pelos mistérios e micélios que nos trouxeram até aqui, habitadas que somos das que vieram antes de nós e das que estão por vir, ao emaranhar nossas raízes, nos mantemos em pé. Nos terrenos mais lodosos, façamos longas raízes. Sejamos entrelaçamento. Respiração. O berço do mundo. A fertilidade de novos tempos. Utopia e Realidade. Semente que guarda o fruto que guarda a semente.

Sejamos mangue!

**Coletivo Etinerâncias**

Apresentação.....16

Prefácio **Áurea Carolina**

**CUIDAR DA VIDA AGORA..18**

## 1

**PERCURSOS DO CUIDADO:  
ELABORAÇÕES SOBRE O  
FAZER EM REDE .....21**

O protagonismo e a solidão  
das mulheres no cuidado  
cotidiano ..... 23

Corpo como primeiro  
território: o autocuidado como  
prática (e) política .....27

O que as redes de cuidado  
têm a ver com as práticas  
políticas das mulheres e suas  
comunidades? ..... 30

## 2

**DAS REDES COTIDIANAS  
ÀS PRÁTICAS DE  
AUTOGOVERNO:**

**O CUIDADO NO CENTRO DA  
POLÍTICA.....37**

Autodefesa territorial.....42

Autogestão e autogoverno.. 45

A disputa da  
institucionalidade e o  
inaugurar de novos  
problemas..... 48

Memória como resistência

X

Política ficcional vigente .....52

## 3

<b>UMA COMUNICAÇÃO FEITA COM UNHAS DE TERRA: A RETOMADA DO SENTIDO</b> .....	55
Retomada da comunicação: resistência anti-imperialista .....	59
Comunicação circular, intercâmbio e itinerância.....	63
Comunicação e autoformação como rede de cuidado.....	66
Ancestralidade e tecnologia .....	70

## 4

<b>ECONOMIAS CONTRA A BARBÁRIE</b> .....	77
Economia feminista: o arranjo sistêmico das redes de cuidado .....	82
Economia sintrópica .....	86
A agroecologia e o horizonte da economia do cuidado.....	89
Redes vinculares e economia da reciprocidade.....	92
O conhecimento e a economia das sementes.....	97
Alinhavar, o bordar para fazer memórias.....	100

Posfácio

<b>Paola Ricaurte Quijano</b>	
<b>POR UMA POLÍTICA COMUNITÁRIA DOS CUIDADOS: OS CUIDADOS COMO RE-EXISTÊNCIA</b> ..	104

Sobre nós.....	115
----------------	-----

## Apresentação

Este livro, escrito no ano de 2020 e publicado em meados de 2021, aconteceu durante um dos períodos mais difíceis da história recente da humanidade: a pandemia da Covid-19, o vírus que se espalhou pelo planeta e fez milhões de vítimas em praticamente todos os países do mundo.

No Brasil, essa terrível crise sanitária se somou à outra, política, marcada por um profundo conservadorismo sectário e antidemocrático. O reacionarismo que dominou a política nacional nesse período foi o promotor de grandes retrocessos, por um lado, e de ataques diretos, por outro, no que tange aos direitos sociais e humanos das populações periféricas, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das mulheres, do povo negro e de outros setores vulnerabilizados do país.

Assim, a conjuntura na qual nasce este livro permeou fortemente a sua narrativa sobre as Redes de Cuidado. A pandemia da Covid-19 — crise sanitária que se multiplicou nos territórios rurais e urbanos como crise econômica, do desemprego, da violência, da espoliação territorial, da degradação ambiental, do abandono e da fome —, ao mesmo tempo que potencializou sofrimentos, gestou respostas de dimensões inéditas entre movimentos, coletivos, comunidades e outras organizações sociais. Foram criadas redes que se fizeram a cargo dos cuidados, de dentro para dentro, a nível comunitário, local, regional e nacional, dos que foram abandonados ou atacados pelo Estado.

E o que são Redes de Cuidado? Articulações construídas a partir do vínculo (das mais diversas naturezas), as Redes de Cuidado são expressões do comunitário que permitem a reprodução da vida em seus vários aspectos e espectros. Estabelecem relações de reciprocidade como potência política, quebrando a lógica de um ente provedor (o Estado, a Igreja) e sua relação vertical (e de dominação) com o indivíduo.

O cuidado — que possibilita sobrevivências, comunhões, resistências, defesas contra ameaças de toda natureza, e criações de novos horizontes de justiça, entre outros — é um elemento estruturante da vida em comunidade. Mas é, sobretudo, uma prática cultivada e exercida predominantemente pelas mulheres. E esta é outra característica marcante deste livro: o protagonismo das mulheres no tecer os cuidados em reciprocidade, e sua liderança e centralidade nos processos estruturantes das Redes de Cuidado.

Por fim, é importante frisar que, quando fala do protagonismo feminino, é das mulheres que estão em luta pelo bem comum de seus pares, suas comunidades e seus territórios que o livro trata. O mesmo recorte político se aplica a todo tipo de organização mencionado aqui. As Redes de Cuidado apresentadas e discutidas nestas páginas são aquelas cujo potencial transformador tem no horizonte o bem viver dos povos e populações em seus territórios, o que inclui gente e natureza.

**Verena Glass,**

coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo

## **CUIDAR DA VIDA AGORA**

O apalavrado que se manifestará nas próximas páginas é feito de muitos encantos e do poder dos cuidados como fonte de vida. É um percorrido movido por energia de cultivo, bordeando o ciclo vital da semente à semente. Ao longo da trama, o convívio das autoras com comunidades da Bahia, de Minas Gerais e do Maranhão vai nos ajudar a perceber que a economia centrada na vida se desenvolve a partir do essencial, do trabalho tantas vezes sutil, da necessidade de afeição, do alimento que anima cada criatura. O domínio dessa economia abrange toda a existência, sustentada principalmente pelas mulheres, com as marcas inscritas nos seus corpos-territórios por um sistema racista, patriarcal e capitalista que tudo explora, coloniza, faz adoecer e mata, mas também — celebremos! — com suas alegrias, tecnologias e estratégias de bem viver.

As lutas das mulheres comuns pelo pão de cada dia, compreendendo a política que é o preço do pão (como diria minha amiga Talíria Petrone), se expandem em camadas, interpelam tanto a intimidade quanto as instituições do Estado, e fazem a vida continuar. Afinal, logo veremos no texto, “a produção da vida se dá pelo cuidado, que acontece exaustivamente e invisivelmente, todos os dias. E é por isso que a vida é possível.” Mais do que nunca, agudiza a violência de um sistema de morte; a emergência dos cuidados é condição de sobrevivência de vidas que façam sentido.

A leitura me afetou, me embalou, no enlace entre linhas e pontos de um pensamento que brota da experiência, na intenção de um enredo que conspira invenções futuras desde práticas cotidianas de profundidade ancestral e quase sempre subterrâneas. O que se tem a seguir é uma troca de ideias sistematizadas em formato híbrido — mistura de almanaque, fanzine, cartilha, documentário, rádio comunitária, podcast e qualquer outro dispositivo capaz de embarcar uma comunicação guiada pela educação popular. Com potencial multimídia, esta publicação é um exercício de bem-querer e esperança que projeta as redes de cuidado por aquilo que elas já são, e imagina alternativas de mundo que poderiam surgir. O Coletivo Etinerâncias, com a generosidade de saber-fazer andança e escuta, e a Fundação Rosa Luxemburgo, com o devido compromisso de reparação histórica, nos convidam para uma conversa sobre o que é mais importante agora.



# PERCURSOS DO CUIDADO: ELABORAÇÕES SOBRE O FAZER EM REDE

*"É um salto qualitativo que nós estamos dando com relação às nossas práticas, no sentido do reconhecimento das sequelas e agravos que essa militância pode provocar e provoca, por ausência de autocuidado, por ausência de uma rede, de uma sororidade. Essa ausência voltada para esse fim pode ser responsável por casos de somatizações que são derivadas da ausência desse cuidado."*

**SUELI CARNEIRO**



## O protagonismo e a solidão das mulheres no cuidado cotidiano

No contexto das militâncias, **a imensa maioria das práticas políticas territoriais que têm a vida como centro são articuladas por mulheres.** Principalmente por mulheres negras e indígenas. Elas estendem fortes raízes invisíveis e subterrâneas que interligam essas ações, tecendo e sendo a base para tudo o que é chão. Renata Moreno, que é socióloga e estuda as relações entre economia e feminismo, diz que as práticas de cuidado das mulheres são o nexo que, nesse mundo capitalista, permite a vida. A despeito disso está a sobrecarga.

As mulheres, na maioria das vezes, estão envolvidas em relações que não são recíprocas. Recai historicamente sobre elas o cuidado de tudo, todos e todas. A mulher serve ao cuidado não pago, mal-pago, não reconhecido, não valorizado. Serve quando serve. Fazem uma entrega imensurável e raramente desfrutam de relações horizontais.

A perversidade está no fato de que, ao mesmo tempo que carregam o mundo nas costas, na enorme maioria das vezes acabam lidando com os abismos sociais sozinhas. E também com a marginalização das práticas de cuidado; estabelecem, então, relações profundamente desiguais. O empenho consome vida — cuidar custa vida —, que não retorna nem como cuidado recíproco para essas mulheres, nem na forma de dinheiro, que paga outros trabalhos. Ou seja, o cuidado dispensado não volta.

As mulheres gastam da sua fonte de energia ancestral\* para dar conta da dureza e da precariedade. Para tal, precisam, obviamente, tirar de si mesmas para dar ao outro ou para sustentar toda essa conta que não fecha, que é se manter viva no Brasil sendo negra, pobre, periférica, indígena, assentada, mãe, mulher, menina. Mulheres que estão em luta, muitas vezes, direcionam o cuidado para a coletividade. O sentido social de sua existência se dá através do papel que elas desempenham dessa forma. E assim, cuidando, suas práticas delimitam um lugar social. Ao mesmo tempo, o cuidado realizado no território garante um lugar na sua própria existência.

Em momentos de crise, essa situação se agrava. Escancaram-se as tensões das relações público-privadas e intensificam-se as tarefas de reprodução e produção da vida. O paradoxo entre a sobrecarga de cuidados com outros e o aumento da violência contra as mulheres expõe contradições fundamentais de um sistema cujo normal é a exploração e o abuso dos corpos das mulheres.

Nos territórios, uma parte importante das mulheres que assumem a linha de frente da organização comunitária está desgastada e adoecendo. Sustentam a quádrupla jornada: cuidam de familiares, precisam dar conta das tarefas domésticas, do sustento (muitas vezes em trabalhos informais precarizados) e da militância.

---

\* Segundo a Medicina Tradicional Chinesa, a energia ancestral, comum a tudo que tem vida, é recebida ao nascer de seus antepassados. Não é possível reabastecê-la, somente gastá-la. Quando acaba esse "estoque", você morre; portanto, esta energia precisa ser poupada.

Nas palavras de Paulinha, coordenadora da ocupação Vitória (Brigadas Populares, MG), “é uma demanda em cima da gente, o que deixa a gente muito exaustas, por sermos poucas de linha de frente pra dar conta de toda a comunidade. Isso é uma coisa que demandaria mais tempo e pessoas, trabalhando dia e noite, o tempo inteiro. A gente vê o tamanho da falta do governo em nossa comunidade. Quando ele está longe, nós, líderes comunitárias, temos que fazer o papel do Estado dentro da nossa comunidade.”

**Como parte dessa lógica perversa, as mulheres só acenam o cuidado quando colocam o próprio corpo no cuidado coletivo.** Cuidam de si nas brechas, através do cuidado com a coletividade, porque, ao fortalecer seus territórios, ampliam as possibilidades de suas próprias lutas e abrem caminhos e rotas de fuga para si e para suas companheiras, suas filhas, filhos, netas e netos. Muitas vezes, estão passando fome e, ao mesmo tempo, organizando a luta para combater a fome.

Qualquer tentativa de desobediência à lógica do cuidado passivo e silencioso, de tornar-se visível, muitas vezes gera duras investidas de apagamento e apropriação. Nos espaços coletivos de debate, as tentativas das mulheres de propor questões importantes para a reprodução da vida são ignoradas, e suas reivindicações raramente aparecem como prioridade. A resistência e a reprovação a esse tema no debate político condenam as mulheres, que colocam seus corpos a serviço de outros, a viverem encerradas numa condição subalterna e objetificada no contexto da militância. **Apagar o cuidado é uma forma de manutenção do jeito de fazer política dos homens brancos.** Apagar a forma como

as mulheres fazem política é uma tentativa de destruição de saberes e conhecimentos que separa a política da realidade cotidiana, uma situação em que todos perdem.

Afinal, quem perde quando uma mulher dedica tempo e atenção a si mesma, aos seus projetos, à organização de sua vida, à sua cura, ao seu prazer, às suas memórias, ao seu corpo, aos seus estudos, ao seu crescimento? Por que essa perspectiva ameaça tanto? Como seriam as práticas políticas territoriais se seus corpos e ações existissem para além de estarem somente disponíveis? Como ficariam nossas batalhas se as mulheres tivessem o direito de acessar o cuidado? Quais seriam as grandes lutas se a política das mulheres estivesse no centro? Quais corpos seriam protagonistas? Como seriam as articulações?

Seria apenas justo que as mulheres que estão em luta, que tanto doam para a coletividade, pudessem acessar sem culpabilização o direito à dignidade e ao bem viver provido pelo autocuidado. Esta pode ser uma chave para a reciprocidade; aliás, poderia inclusive banhar novos imaginários para a luta.

## Corpo como primeiro território: o autocuidado como prática (e) política

Lorena Cabnal, feminista comunitária e liderança maya-xinka da Guatemala, durante um encontro das Feministas del Abya Yala na Argentina, apontou que a defesa de um território-terra que não vem acompanhada da defesa do território-corpo das mulheres é incoerente. Assim, apresentou o corpo como sendo o primeiro território a ser defendido, vinculando corpo e terra. **A defesa de si mesma, das mulheres e das práticas movidas por elas, ganha o mesmo peso de práticas de defesa territorial, sendo, então, autodefesa.**

Durante a pandemia do coronavírus em 2020, **Maria Muniz (Mayá)**, mestra indígena Tupinambá da Aldeia Milagrosa (Território Pataxó Hãhãhãe, BA), produziu e armazenou, para toda a comunidade, medicamentos naturais feitos a partir de ervas medicinais, mantendo sua casa como um centro de cuidados autônomo e contínuo.

Quando se inverte a lógica do cuidado que está a serviço do capital, do racismo e do patriarcado, e se transfere essa potência para o cuidado de si mesma, sem estar “a serviço de ninguém”, **essa prática é tão ameaçadora quanto revolucionária.**

Assim, o conceito do autocuidado é ampliado, porque se incorpora a ele a forma como as mulheres constroem a vida. Elas sempre fizeram umas pelas outras, na tentativa de balancear com contrapeso. E por meio dessa trama

projetam a dignidade, buscando dar conta da vulnerabilidade, do descaso, da invisibilidade e da solidão.

Na roça, em Monteiro Lobato, interior de São Paulo, uma mulher recém-parida passou a receber o apoio de um grupo de mulheres que se organizou para, durante quarenta dias, fazer as refeições e levar para ela. Deixavam o alimento na porta, não entravam. Muitas delas nem ao menos conheciam essa mãe. Tratava-se de uma rede de apoio autônoma e ancestral, que se repete incontáveis vezes em diversos territórios pelo Brasil.

**Quando uma mulher acessa o autocuidado, toda sua rede é beneficiada**, a partir da criação de condições que permitem novos ajustes para a situação enfrentada. Nesses casos, **o autocuidado é fundamentalmente político, porque o cuidado consigo não se descola do cuidado com outros, com o coletivo, com a defesa do que é comum**. Por meio dele, também exercem seu protagonismo local e afirmam a centralidade da reprodução do viver. Reivindicam, assim, o direito à felicidade e ao amor.

Então, o autocuidado expande-se e ganha legitimidade nos territórios. Partindo da coletividade, que abraça individualidades, nutre a capacidade do fazer junto, umas pelas outras.

Em 2020, paralisada pela pandemia da Covid-19, em uma carta para suas e seus integrantes, a Teia dos Povos da Bahia convocou: “Isolamento é tempo de cuidar de si. É preciso ocupar-se em curar feridas internas, meditar, cumprir com seu ritual, zelar pela sabedoria dos encantados, fazer arte, compor, escrever e tudo que possa ajudar no processo de cicatrização dos

machucados que este sistema nos tem imposto. O mundo que queremos construir precisa de militantes, guerreiras e guerreiros saudáveis de mente e corpo. Então é essencial também ter a melhor alimentação possível, ter cuidado com os excessos. Não se submeter ao uso e ao abuso de drogas, lícitas ou não. Precisamos de todos vocês inteiros para a luta que vem.”

Na ocupação Tomás Balduino (Brigadas Populares, MG), a partir da ação “Ribeirão em defesa da Vida”, mulheres entregam kits de autocuidado para vítimas de violência doméstica durante a pandemia. No kit, um óleo de massagem para dormir, especialmente produzido pela jovem sabedora Mariana Dias, é apontado pelas mulheres como algo que foi fundamental para atravessar esse período, pois o “descanso desmedicalizado ajuda a pensar melhor e a criar novos caminho para a luta”.

Quando o **autocuidado se define como prática política, ele ultrapassa a perspectiva do bem-estar individual, desvela feridas históricas e dá um tratamento político a elas**, atribuindo e nomeando as marcas particulares deixadas pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo. Criam-se caminhos, desde o próprio corpo, que subvertem a política de morte, construindo pontes de existência e potenciais para a cura.

“Fizemos um intercâmbio com Santa Rosa dos Pretos pra eles compartilharem a experiência deles do cuidado, muito bacana. Tem a responsabilidade individual e tem a responsabilidade comunitária do cuidado. A gente fala que ‘quem gosta de nós somos nós’ e ‘quem cuida de nós também somos nós’, tudo isso somado é a expressão desse autocuidado.”

**KUM'TUM GAMELA**, Povo Akroá-Gamela (MA)

## O que as redes de cuidado têm a ver com as práticas políticas das mulheres e suas comunidades?

*“Limpar e organizar o espaço da assembleia; providenciar o de comer; mobilizar a comunidade, passando de casa em casa; registrar atas e informes; organizar marchas; enfrentar a polícia; garantir proteção mútua; tocar mutirão de autoconstrução; construir espaços comuns para as crianças terem onde brincar, para ter onde plantar, para prosear; mover o debate sobre negritude; ocupar a terra; reivindicar o direito a um endereço, à água, à luz, à saúde, à educação; criar espaços de autoformação; gerar renda; defender a festa, o luto, a memória; preservar o acervo da luta; chorar juntas; sonhar futuros. A defesa do comum.”*

Cartografia de Práticas Políticas Territoriais das Mulheres da Ocupação Dandara (Belo Horizonte, MG)

**COLETIVO ETINERÂNCIAS**, 2018

.

Ocupação Dandara, Belo Horizonte. Uma casa autoconstruída por mulheres abriga uma cooperativa de costura. Cerca de dez mulheres — uma delas ainda gestando —, sentadas em roda, revezam entre todas o colo cuidando de um bebê recém-nascido; confabulam e mapeiam tudo o que as mulheres fazem na comunidade. Ao final, percebem que **as mulheres estão no centro do que acontece no território. Tudo o que as mulheres fazem é política, concluem.**

A casa era de uma das integrantes da cooperativa, que precisou abandoná-la após situação de violência cometida pelo ex-companheiro. Destinou-a para uso comunitário

por outras mulheres. Até mesmo em situação de violência, as saídas construídas pelas mulheres foram políticas; em cada passo.

Muitas experiências similares poderiam ser listadas, experiências que derrubam o mito de que são as saídas individuais ou a competição que viabilizam a vida. A construção desse mito permeia as relações no âmbito do capitalismo, do machismo e do racismo. Unido a isso está todo o funcionamento das relações econômicas capitalistas, que se estruturam por essas desigualdades, explorações e subordinações. Caracterizam-se pela apropriação do trabalho e do tempo de muitas e muitos, para benefício de poucos. E tal apropriação só é possível através de violência visando ao apagamento sistemático do que, de fato, torna a existência possível todos os dias.

Quando **Charlene Cristiane**, liderança comunitária da Ocupação Rosa Leão (Brigadas Populares, MG), se prepara para uma fala em defesa de seu território na Câmara dos Vereadores, as mulheres da comunidade, em reciprocidade a ela, fazem seu cabelo e unhas, arrumam sua casa e cuidam de seu filho. Ela faz por todas, todas fazem por ela.

Há uma produção de invisibilidade da real colaboração e cooperação que produz o viver da maioria do povo, em nome da construção da falsa convicção de que não há espaço para todos, e de que o melhor (segundo o mantra da meritocracia) vencerá.

Porém, se nos atermos à nossa própria história, nos debruçando sobre essa questão a partir da realidade concreta, é possível relembrar de situações na qual **a colaboração foi central para qualificar a sua vida?**

Você se recorda de alguma pessoa, por exemplo uma mulher, que foi ou é muito importante para que sua vida se torne mais vivível, isto é, mais possível e viável? Ou seja, que com sua prática e ação qualifica sua vida, seus dias? Lembra de alguma situação que você viveu na qual a participação dela foi fundamental? Ao continuar lendo este livro, pense no que essa pessoa fez por você. Qual foi a **prática dela** que melhorou sua vida?

Ao pensarmos sobre nossas vidas, podemos relembrar pessoas e ações que em algum momento foram fundamentais para nossa existência. É pela cooperação de pessoas que fazem parte da nossa vida, família, amigos e comunidade que construímos o dia a dia, repleto de pretensões de se qualificar.

Redes de cuidado são sobre isso, são um **tecido invisível e subterrâneo**, que sustenta a existência, qualifica o caminhar e mantém, historicamente, a vida vivível. Adjetivam algo que acontece sempre em coletivo. Tem dedicação, tem vínculo, tem solidariedade, tem cooperação, tem ancestralidade, tem escuta, tem apalavramento. São tecidas nas entrelinhas e despertam nossa história, nosso corpo, nossa luta, nos dizem sobre quem somos, de onde viemos e sobre a força que temos. Elas estão implícitas no modo comunitário de recriar a economia, compreender a natureza, de mover a comunicação, a política e as tecnologias, entre outros.

“Eu venho de uma família onde há uma linha muito marcada de luta da minha avó, da minha mãe, das minhas tias. Sempre gosto de dizer que a solidariedade é algo que aprendi de minha mãe. Ela diz: você tem que ajudar, você tem que estar lá, somos iguais a elas, então todas nós temos que nos apoiar. Me parece importante que nessa época, onde parece que não há esperança, que parece que você tem que se preocupar só com você, haja brotes de organização coletiva. É com mulheres que eu aprendi este acompanhamento, que sempre tivemos. Mas, no final, temos que torná-lo visível. Eu começo a ressignificar saberes, começo a encontrar-me com mulheres que me acompanham, e a ver então o bordado e o tecido como uma forma de ferramenta. Sinto que posso dizer, isso eu aprendi da minha avó, eu aprendi com minha mãe, é uma ferramenta valiosa para fazer esta memória e continuar esta luta.”

**GABRIELA ARROYO MORALES**, la bordadora de memórias, Cidade do México (MX). Documentário “Nosotras Mujeres, Trabajamos por el bien común”, Coletivo Etinerâncias, 2018

As práticas das mulheres carregam um grande potencial em tecer redes de cuidado. Por essa via elas constroem um cotidiano de bem viver.\* Suas práticas são fundamentais

---

\* Para Silvia Rivera Cusicanqui, Bem Viver é uma prática, “quer dizer falar como gente e caminhar como gente”; ao “falar como gente”, “escutar antes de falar, falar com verdade, daquilo que se sabe”, e, ao “caminhar como gente”, “referendar suas palavras com seus atos”. Esta prática é capaz de inverter funcionamentos, como, por exemplo, daqueles que usualmente governam sem escuta e sem compromisso com a palavra. Mario Rodríguez Ibáñez conta que o Bem Viver é um horizonte

à sobrevivência política, pois favorecem direta ou indiretamente a organização da coletividade. **Da mesma forma, tudo o que fazem pela cidade, pelo território, umas pelas outras, pelos outros e por si mesmas são práticas políticas.**

Muitas vezes, as lutas por direitos sociais são intermitentes. É preciso estar ciente de que, nos territórios, a vida pode interpor pausas nos planos ou estratégias, sem que isso necessariamente desestruture seus horizontes políticos. Isto é, vida repleta de interrupções, intervalos, com um ritmo não contínuo. Os territórios aprendem a tocar ações, projetos e lutas que sustentam ideais, que vão se adaptando a esse ritmo. Projetos políticos são suspensos quando muda a gestão; políticas públicas são descontinuadas; projetos comunitários são paralisados quando o recurso ou a matéria-prima acabam; ONGs locais interrompem programas; lideranças migram de território em território, fugindo de ameaças várias; dão espaçamentos nos sonhos quando têm que cuidar de doentes, de parentes, de crianças.

---

de sentido sobre como entendemos o mundo e como nos relacionamos com ele ou sobre como fazer a transição a outros modos de vida que permitam escapar das armadilhas da modernidade e do desenvolvimento hegemônico, intrínsecas ao capitalismo. Ele é pensado não como um paradigma de futuro, mas sim como um horizonte que orienta nossa caminhada hoje. E esse hoje contém o ancestral, a história, a sabedoria e as possibilidades de transformação que já acontecem na vida cotidiana, disputando com os outros projetos de dominação. Apontando a necessidade de uma mudança profunda no processo político e da retomada de algo que nunca esteve perdido: a gestão comunitária dos bens comuns, a construção comunitária do bem comum.

No cotidiano de uma comunidade, a realidade exige que por vezes um plano vá se acomodando e se expressando de projeto em projeto. Mudam os projetos, mas o sentido se mantém: onde conseguem encontrar vazão, deságuam. As mulheres põem o corpo em projetos que são, por vezes, transitórios, mas costuram suas trajetórias nesse caminhar. As condições habituais da luta social são precárias, flutuantes e dependem, muitas vezes, do acúmulo de força das mulheres e das correlações de forças na sociedade. E a interligação entre essas dinâmicas muitas vezes é promovida pelas redes de cuidado.

Nas grandes crises, o papel e a importância **das redes de proteção e cuidado tornam-se evidentes**. Territórios, movimentos sociais e coletivos se organizam e, **de dentro para dentro, escoam cuidados a partir das comunidades mais organizadas, transbordando suas potencialidades para outras comunidades e vizinhanças**. Onde existe rede de cuidado, existe caminho.

“Esse cuidado está se estendendo para o entorno também, porque não adianta só nós estarmos protegidas.”

**JULIANA SANTOS**, Movimento Sem Teto da Bahia



**DAS REDES COTIDIANAS  
ÀS PRÁTICAS DE  
AUTOGOVERNO:  
O CUIDADO NO  
CENTRO DA POLÍTICA**



Enquanto a falência do mundo hegemônico se escancara com a pandemia da Covid-19, fica evidente a ruína do sistema de governança (global, nacional e local), funcional apenas para a manutenção das elites. As urgências impostas convocam e mobilizam redes e movimentos extremamente potentes. É nas crises mais agudas que o conjunto dos movimentos da esquerda tradicional se vê obrigado a refletir sobre o tema do cuidado, nas mais diversas escalas e campos de batalha.

Depois do golpe que destituiu Dilma Rousseff em 2016 e impulsionou o ascenso da direita mais radical no país, a insuficiência das estratégias tradicionais das esquerdas colocou-as em uma encruzilhada entre remoer um debate focado na derrota ou direcionar o olhar para o que, de fato, se manteve vivo e forte: **a organização cotidiana e invisível de base territorial**. Essa organização não teve outra alternativa a não ser continuar firme, centrada no cotidiano e no cuidado. O cuidado como pauta central começa a ganhar legitimidade.

Por outro lado, a **reivindicação da presença do Estado, enquanto garantidor de direitos sociais, também é uma investida importante**. Os equipamentos públicos nos bairros são tipicamente avanços pleiteados por mulheres. Porque o acesso à escola, à saúde e à moradia, por exemplo, também são uma maneira de alcançar uma certa divisão do cuidado, que qualificaria a vida da comunidade, mas

principalmente a das mulheres. Até por isso o retrocesso de direitos sociais custa tão caro para elas.

**Nádia Tupinambá** (BA) lutou incansavelmente por uma escola indígena dentro da Aldeia Tukum. **Rosa Tremembé** (MA) até hoje guerreia para que seu povo tenha acesso a atendimento de saúde especializado. **Ana Paula**, então moradora da ocupação Dandara (MG), contou que foram anos e anos reivindicando para que a creche atendesse na comunidade. Em cada cidade, em cada bairro, a luta de Nádias, Rosas e Anas está por trás da existência de creches, unidades de saúde e outros serviços públicos que cuidam.

A omissão dolosa do Estado — isto é, quando o Estado tem o dever legal de agir e assume o posicionamento oficial de não fazer — é movida pela intenção de gerar graves danos à população. Diante do avanço dessa necropolítica e da política antidireitos (praticada inclusive pelas estruturas de saúde, educação e assistência social), as mulheres se mantêm na complexa situação de tapar os buracos que existem entre o possível e o necessário.

De modo geral, as organizações e movimentos sociais, as comunidades e os territórios lidam com três desafios básicos\*: **se opor às injustiças protagonizadas pelo Estado, disputar o Estado e construir autonomias nos territórios**

---

\* O professor Marcelo Lopes de Sousa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ergue esse debate em "Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta". (Revista Cidades, 2010).

**para além do Estado.** Essas três dimensões são complementares. A luta CONTRA O ESTADO — que fere direitos e gerencia violações (no genocídio da população negra, na construção de grandes projetos de infraestrutura, no incentivo a atividades de grande impacto, na criação de leis que tiram direitos ou na suspensão de legislações que os garantiam, entre outros) — se manifesta tanto na defesa do território quanto na de lideranças criminalizadas e perseguidas, ou simplesmente das vítimas de toda forma de preconceitos. A luta PELO ESTADO acontece quando comunidades, coletivos ou organizações reivindicam acesso a direitos sociais por dentro das estruturas de poder na política institucional ou nos espaços que garantam direitos. E a luta PARA ALÉM DO ESTADO é aquela centrada em elementos e processos autônomos e autogestionados da organização comunitária e em rede.

## Autodefesa territorial

Há quem fique de pé, em união, quando o esfacelamento desse mundo se intensifica, prevendo a necessidade de fortalecer a autodefesa das e dos seus. Quanto maior o amadurecimento das práticas políticas territoriais, maior a percepção e capacidade de resposta coletiva.

**Autodefesa territorial é a capacidade de agirmos juntas e juntos na proteção de nossos territórios e nossos direitos.** Essa inteligência, que se apresenta nas brechas, por meio da auto-organização, tem o potencial de criar uma diversidade de estratégias e caminhos, muitas vezes por tentativa e erro, como ensinam as compas zapatistas.

**Autodefesa é a condição coletiva de se colocar como sujeito estratégico na lida com as tramas de diversas contradições políticas e é, fundamentalmente, uma forma de cuidado.** Ao mesmo tempo, essa inteligência estratégica de autodefesa promove a capacidade de pronunciar, autonomamente, como a organização comunitária irá acontecer, de dentro para dentro, a nível territorial, ao contrário da submissão a orientações de organizações externas.

Em 2020, **Lhia de Souza**, presidenta da associação de moradores da Vila Bispo de Maura (Ribeirão das Neves, MG), organizou o Grupo de Mulheres de Autodefesa Territorial para agir na pandemia da Covid-19. Ela conta que a grande maioria das participantes eram mães solo. Elas mapearam casos de

contaminação, buscaram informações sobre a doença e distribuíram doações que atenderam 10.760 famílias.

A autodefesa é fundamental ao alargamento da organização territorial, pois, ao invés das práticas assistencialistas que atendem no varejo, caso a caso, **possibilita vislumbrar estratégias para o território como um todo**, para um planejamento de médio e longo prazo. Nesse sentido, a autodefesa territorial politiza a prática, rompe a esfera da caridade e assume a linha de frente da formulação desde o cotidiano. Ela acrescenta a lente que facilita compreender conjunturas, aliados (até mesmo em outros países), adversários e visões de mundo.

Portanto, os processos de autodefesa possibilitam enfrentar os perigos e os antagonistas reais de forma clara, e criar mecanismos de proteção, seja frente às ações do Estado ou ao ataque de megaempreendimentos, grileiros ou outros inimigos. Com isso, as articulações focam na importância da produção de informações estratégicas, de mecanismos de proteção de lideranças, de táticas de fuga, de sigilo, de viralização de informações por redes de comunicação e muitos outros caminhos para dialogar com a grave realidade dos conflitos territoriais.

O **Cacique Babau Tupinambá** é uma das lideranças indígenas mais perseguidas do país. Quando em luta pela regulamentação de sua terra, foi protegido por sua rede de cuidado. Mensagens chegavam em sonhos, indicando que ele seria capturado. Dias depois foi perseguido e preso pela Polícia Federal. Pela gravidade da situação, que ameaçava a vida de Babau, uma rede de proteção e cuidado foi rapidamente ativada, em

uma articulação que envolveu centenas de pessoas. Quando chegou na carceragem em Salvador, o movimento negro “Reaja ou será morta, Reaja ou será morto” criou ao seu redor uma barreira de proteção que evitou seu assassinato na cadeia desde o primeiro momento. A articulação de outras redes posteriormente conseguiu sua liberdade.

## Autogestão e autogoverno

Respondendo a desafios, as comunidades têm construído seus próprios horizontes de bem viver, horizonte esse que emerge desde as redes de cuidado.

**Práticas de redes de cuidado são, em si, experiências de autodefesa com potencial de culminar no exercício de autogestão e autogoverno comunitário.**

Para enfrentar o cotidiano, mulheres constroem redes entre si, tomam decisões, escolhem as alternativas, avaliam os riscos e, a partir das responsabilidades que sempre recaem sobre elas, muitas vezes contando apenas umas com as outras em apoio mútuo, autogerem a vida.

Autogestão é uma competência popular, coletiva e cotidiana, uma forma de lidar com os processos comunitários desde a criação de condições de autonomia, horizontalidade e novos horizontes.

Ao mover o centro do que acontece no território, é desenvolvida a capacidade global de construir atuação em rede e uma visão integrada da organização da vida, que vem da prática e dela constrói seus valores.

**O manejo complexo das redes de cuidado conduz à inteligência coletiva que sustenta a organização cotidiana que pode refletir no autogoverno.**

Dotadas de legitimidade, as redes de cuidado possuem alta complexidade de organização. **Portanto, partindo de uma aposta direta no território, o autogoverno é um investimento na própria organização.**

Isso é tão fundamental que, durante as grandes crises, fica evidente que é a organização comunitária, suas redes e suas teias que sustentam a vida quando o Estado se retira, sendo que em muitos lugares ele nunca esteve. Ou quando ele mesmo é o pivô do extermínio dos povos. Nessas situações, as comunidades encontram possibilidades, quando estratégias mais sólidas de autogoverno comunitário se desenvolvem. Diversas ações que visam conceber de forma autônoma os “dispositivos do Estado” aparecem, até porque muitos deles, em certo grau, tiveram a participação das mulheres em sua elaboração.

**Luiz Fernando Vasconcelos**, militante das Brigadas Populares em Belo Horizonte (MG), conta que, durante a crise da pandemia da Covid-19 em 2020, o fechamento abrupto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atendia a ocupação urbana Isidora foi desastroso para as comunidades. Para enfrentar o problema, a população praticamente montou um “CRAS autônomo” na casa de lideranças comunitárias, com uma equipe de cerca de dez pessoas trabalhando na orientação e no acolhimento da população da ocupação e do seu entorno. A equipe realizava escutas e prestava apoios diretos e, em situações de mais gravidade, direcionava pacientes para o Poder Público com intermediação de mandatas coletivas próximas à ocupação.

**Visando fortemente à continuidade da vida, dão respostas altamente elaboradas de auto-organização.** Miram na vida e acertam também no autogoverno, desenvolvendo experiências autênticas e potentes, apontando e conduzindo mais uma vez para o bem comum.

Com isso, chega-se aonde Poder Público nunca chegou. Foi o que aconteceu durante a pandemia em 2020, explicou Rita de Cassia, liderança do Movimento Sem Teto da Bahia. “Como nunca esperamos o Poder Público, nós logo nos articulamos. Quem segura a bomba relógio são os movimentos sociais. São as bases que estão fazendo, aonde o poder público não chega. É muita carga sobre nós, mas vale a pena isso tudo, se for pra sair todo mundo vivo.”

Para o exercício das redes de cuidados, a autodefesa territorial se estende por vários níveis. São necessárias distintas escalas de conexão, institucionais ou populares, para garantir a autoproteção, seja com coletivos ou comunidades parceiras, organizações políticas, redes territoriais, igrejas, governos locais, ONGs, setores do Estado, entre outros. E agora galgam um degrau a mais no diálogo e nas parcerias, numa retomada na esfera das institucionalidades públicas, a partir da entrada de mulheres de luta no espaço parlamentar.

## A disputa da institucionalidade e o inaugurar de novos problemas

A participação de lideranças de movimentos sociais ou setoriais na política institucional — em câmaras de vereadores, assembleias legislativas ou no Congresso Nacional — tem adquirido novas características na virada do século XXI. Um dos aspectos dessa mudança, que se consolidou a partir de meados da segunda década, é a ocupação do centro da política por um número crescente de mulheres advindas de lutas coletivas, com seus valores e práticas. **Hoje, uma parte das redes subterrâneas que tecem o cuidado está rasgando a terra e tomando o poder político institucional. Assim, a política do cotidiano — o cuidado —, e o conjunto de ferramentas e táticas desenvolvidas para possibilitar a vida em suas comunidades, passa a orbitar os espaços da política institucional, principalmente por meio de mandatos coletivos.**

O poder de multiplicação e de insurgência das mulheres, principalmente das mulheres negras e indígenas — a exemplo da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), preta e lésbica, nascida na favela da Maré e assassinada em março de 2018 —, tem o potencial de construir redes que vêm trazendo à tona as práticas de defesa e as culturas das comunidades de origem, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. “Nós, mulheres, estamos para dar muita batalha”, como diria **Ruttsy Pop**, artista e liderança comunitária mexicana.

Embebidas de revolta e força, mulheres que sempre fortaleceram outras — inclusive em espaços de poder

público, como assessoras e lideranças comunitárias — se movimentam para tomar a frente da representatividade institucional. Áurea Carolina, Andréia de Jesus, Talíria Petrone, Renata Souza, Jô Cavalcante, Mônica Francisco, Erica Malunguinho — diz o ditado que mulheres são como rios, crescem quando se encontraram — deram frutos, colocaram seus corpos à disposição nos pleitos eleitorais a partir de 2016, garantindo oxigenação, novos ares à política. Num movimento de “abrir portas” e escancarar a política, chacoalhando o fazer sempre velho e empoeirado, onde, ao mesmo tempo, é produzido um entendimento de seu funcionamento por corpos, práticas e tecnologias daquelas que nunca estiveram nesse espaço. **Fortalecendo a disputa de outras qualidades para o Estado**, constituindo-se como instrumento de contenção e “redução de danos” à retirada dos direitos mais básicos.

A **Agenda Marielle** é um exemplo prático da potência que há em mulheres que se levantam contra o apagamento. Ao defender a memória da vereadora assassinada em 2018, tornam visível a forma como práticas da política cotidiana podem gerar ações eficazes na organização pública. A Agenda estende esse modo de agir a toda uma nova geração de parlamentares, como “o escancarar e não encastelar” da política institucional, como a centralidade do cuidado, o foco na coletividade e na diversidade das equipes, a conexão entre a política institucional e a luta cotidiana, a transparência e o foco na participação popular.

A questão que se coloca é: **como construir um fazer político na esfera institucional que honre a trajetória que nos trouxe até aqui?**

Ocupando os gabinetes, as mulheres de luta **inauguram também novos problemas**. Tratar as questões públicas a partir do que é central para a vida demanda direcionar a política institucional para o reconhecimento do que realmente importa: a garantia de defesa das pautas/interesses das populações e suas reivindicações territoriais, culturais, políticas e espirituais. E esta tarefa tem recaído predominantemente sobre as chamadas mandatas populares.

Apesar dos corações animados, ainda existe a dificuldade em converter candidaturas em mandatos. Segundo os dados do movimento **Mulheres Negras Decidem**, o número de mulheres negras na política ainda é muito baixo, sendo menos de 2% de cadeiras no Congresso Nacional. Entre elas, nem todas se comprometem com uma agenda democrática.

Na esfera legislativa, a ocupação por representantes de movimentos e lutas sociais tem o poder de vocalizar denúncias, atuar de forma vigilante contra violações e retiradas de direitos, articular e redistribuir recursos, tecer redes de proteção e redigir projetos para pautar junto à sociedade temas importantes, entre outros. Mas esbarra na capacidade de implementação (muitas vezes, também, na capacidade de aprovação) dessas propostas por falta de correlação de forças, ou por dificuldade de construir coalizão em torno das pautas que essas representações mobilizam a partir de seus cargos. **É quase inevitável que o sistema dominante nesses espaços tente tolher, enquadrar, reprimir, distorcer ou invisibilizar mandatos e mandatas populares, fazendo suas representações reféns de uma lógica corrompida em prol da manutenção do poder colonial, de**

**coligações arcaicas para benefícios pessoais e buscando enquadrar seus corpos, práticas e trajetórias.** Mas a força de conhecer, também, esse novo território que são os prédios do poder começa a ser lapidada e, assim, criam-se novas estratégias e tecnologias de ação.

Reeleitas em 2020, **Bella Gonçalves, Cida Falabella**, em conjunto com **Iza Lourença**, fazem covereança pelas Muitas, em BH. Elas têm responsabilidade com o território e não desviam desse foco. Fazem uma ponte direta com os interesses coletivos e de base. Seguem conectadas com os seus, sem a ilusão de que, se vendendo, serão parte da tropa de homens engravatados pelo sistema.

Mulheres no poder são uma condição real para sonhar com a destruição desse mundo em que estamos e dos seus valores voltados para a morte, para, assim, parir esperanças de bem viver.

## Memória como resistência X Política ficcional vigente

*“A importância que vejo é dar a saber sobre as ações que os movimentos e territórios fizeram e fazem SEM o Estado. Precisamos contar essa história, essa memória do agora, para entenderem como nós SOBREVIVEMOS sem o Estado, que quer mesmo é nos matar. Tem que documentar tudo mesmo, porque isso vai servir de formação política para as bases no futuro. Estamos nos reinventando com propósito de se libertar! E a saída é no trabalho coletivo!”*

**RYTA DE CÁSSIA**, Movimento Sem Teto da Bahia

•

Estratégias, práticas e inclusive a elaboração sobre redes de cuidado se movem fundamentalmente por debaixo da terra e têm muita força. Mas quando são visibilizadas, aparecem também as tentativas de apropriação. O poder de captura que os homens no poder, o mercado e o capitalismo têm das práticas comunitárias e suas narrativas é enorme e constante, e escapar dessa captura e apropriação é um desafio com o qual é preciso lidar.

**Se a política não passa pelo cotidiano e pelo cuidado de todas e todos, ela é ficcional; isto é, não responde às inquietações e não dialoga com a vida das pessoas.** Está descolada da realidade, não tem corpo. É através da violência que as pautas do cotidiano, principalmente das populações historicamente vulnerabilizadas, são apagadas. A publicização do debate do cuidado na política, sem

atribuí-lo às reais produtoras de suas redes, é uma estratégia de apropriação para o apagamento. Portanto, a visibilidade das práticas de Redes de Cuidado só as manterá vivas se a autoria for reconhecida a quem as desenvolveu e se for aplicada legitimamente.

Ao analisar redes de cuidado em sua potência de força e luta pela desconstrução do mundo que aniquila a dignidade, acontece o avanço sobre o modelo colonial e capitalista de fazer política institucional. Um exemplo é o giro na política pelas mulheres na virada dos anos 2020, principalmente pelas mulheres negras. Existe um horizonte.



# UMA COMUNICAÇÃO FEITA COM UNHAS DE TERRA: A RETOMADA DO SENTIDO

*"Agora nós vamos pra luta, a terra quer nos ocupar. A terra é pra quem trabalha, a história não falha, nós vamos ganhar.*

*Já chega de tanto sofrer. Já chega de tanto esperar. A luta está sendo difícil, na lei ou na marra nós vamos ganhar.*

*Quem gosta de nós somos nós e aqueles que nos vêm ajudar. Por isso eu confio em quem luta, a história não falha, nós vamos ganhar."*

Cantado por **MARIA MUNIZ (MAYÁ)**, Aldeia Milagrosa  
(Território Pataxó Hãhãhãe, BA)



Quando cantos conduzem o plantio de milho crioulo no Assentamento Terra Vista (BA), mensagens de luta, resistência e memórias ancestrais são transmitidas. Quando a mestra Maria Muniz (Mayá) inaugura um ponto de alfabetização embaixo da mangueira durante uma retomada de seu território, entre a formação das palavras também circula a formação do pertencimento ao território, emaranhada às informações enraizadas naquela árvore. Quando as vizinhas saem no portão durante o dia, a assembleia da noite acontece com quórum máximo. A comunicação é um saber que pulsa desde — e para — a vida em comunidade; em seu sentido fundador, **a comunicação articula a produção do comum.**

A institucionalização da comunicação, como um conhecimento a serviço do monopólio da informação e para a conservação do patriarcado colonial, descaracterizou e esvaziou o sentido do comunicar. Desanimou as palavras como se fosse possível colocar o canto de Mayá no papel, e isso não o despossuísse da força que ele só ganha quando entoado coletivamente, partilhando um mesmo sol, que também é cantador.

**Comunicar é produzir entendimento conjuntamente, partilhar e tornar comum o sentido, incluindo a diversidade enquanto condição.** É contar sobre o que para a gente é importante. É gritar o discurso com o giz que traça o chão em cada terreiro de luta. No Maranhão, a educadora

Zica Pires conta que um projeto de formação em comunicação para a juventude, no quilombo Santa Rosa dos Pretos, abriu espaço para a “verdadeira história”, porque permitiu que a comunidade contasse suas memórias, que são parte viva da resistência à escravização de pessoas negras no Brasil. **São memórias escritas por unhas sujas de terra — porque histórias são saberes localizados no corpo e o nosso corpo coletivo é a terra.**

O colonialismo vestiu a comunicação com a sua verticalidade e há décadas busca convencer territórios comunicadores de que precisam aprender o que já sabiam e desaprender o que sabem. O movimento de retomada da comunicação pelos povos — que fala sobre a consciência cristalina de que este algo sempre foi nosso — impulsionou os territórios a ocuparem o debate da comunicação com a mesma potência com a qual se posicionam no debate da terra, criando também aqui um **espaço ancestral e político, com a força das retomadas, que insistem em defender seu sentido.**

## Retomada da comunicação: resistência anti-imperialista

Ao impulsionar uma **disputa de narrativas**, as comunidades fazem o enfrentamento à história oficial, escrita e imposta pelas mãos dos homens brancos que apagaram e criminalizaram dores, cores e lutas. O que é considerado aqui como **retomada da comunicação** é parte do enfrentamento ao epistemicídio, isto é, à tentativa de apagamento advinda da ficção colonial de verdade única. A retomada é a construção que os territórios vêm tecendo desde baixo: primeiro são fortalecidas as raízes, no escondido do subsolo, até que essa estrutura permita, no tempo da natureza, o florescimento para o externo.

“A quarta guerra é a pior de todas: a guerra anti-imperialista. Essa é uma guerra mental, ideológica e de força bruta sem precedentes. Nessa guerra, nossos inimigos usarão todas as armas: guerra híbrida, guerra total, de comunicação e informação, de controle por terra, céu e mar.”

**MESTRE JOELSON**, Assentamento Terra Vista (Teia dos Povos Bahia)

O Assentamento Terra Vista, em Arataca, sul da Bahia, tem uma consistente caminhada de resistência às mídias convencionais — que apresentam uma única voz, imperialista, unilateral e sustentada pela lógica monocultural de criminalização das práticas territoriais de luta e da diversidade de corpos e existires. Desde 2012, quando aconteceu a

Primeira Jornada de Agroecologia da Bahia, foram tecidas frentes de comunicação, incluindo a criação de uma rádio e diversos percursos de formação internas, entre outras iniciativas que constroem uma barricada de palavras e imagens contra a disseminação de ódio e mentiras que acabaram por eleger governos reacionários pelo mundo, por meio da propagação de *fake news*. No ano de 2020, quando a pandemia do coronavírus paralisou o país, o caldo já estava apurado e foi possível manter e estabelecer diálogos para **responder à situação de emergência e disputar o território digital**.

“Estamos desde o começo da pandemia fazendo **lives** [transmissões ao vivo pela Internet] com a diversidade dos nossos povos, sobre os atravessamentos desse momento de pandemia, sobre nossos territórios e como forma de estarmos mais próximos e intercambiarmos experiências.”

**DEYSE FERREIRA**, Assentamento Terra Vista (Teia dos Povos Bahia)

Nesse sentido, a comunicação tem se apresentado como estratégia central para as redes de cuidado, com ênfase na cultura e no meio digital. **Incluir códigos ancestrais na moderna tecnologia passa tanto pelas condições de infraestrutura tecnológica e acesso à Internet quanto pelo entendimento de que tipo de ferramentas os territórios desejam fazer uso**. Em algumas partes do mundo — com destaque para o Brasil —, a pandemia da Covid-19 veio acompanhada de uma epidemia de *fake news* (notícias falsas), a forma mais atualizada do processo histórico de desinformação e manipulação do povo. Nesse cenário, a

disputa por uma comunicação de qualidade não se resumiu a disseminar informações importantes e confiáveis, foi preciso também combater a desinformação.

Naquele mesmo cenário, um grupo de articuladoras e articuladores da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão iniciou uma mobilização para adquirir antenas rurais para alguns territórios que tinham dificuldade de comunicação e acesso à Internet — uma realidade principalmente nas terras indígenas e quilombolas. O movimento também apostou em ações de checagem de notícias em combate às *fake news*, avaliando a veracidade das informações que circulavam por grupos de WhatsApp, e na autoformação de comunicadoras e comunicadores em diversas plataformas (rádio, fotografia, podcast, etc.), a partir do compartilhamento de saberes. Nesse sentido, a autonomia tem sido o eixo motriz de resposta à violência com que o acesso à comunicação foi tirado dos povos.

Eliete Paraguassu, liderança do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), que atua e luta a partir do Quilombo Ilha de Maré (Salvador), ressalta que **a comunicação foi o instrumento que mais contribuiu para as denúncias sobre crimes e violações** cometidos nos territórios tradicionais da Ilha da Maré, na Bahia — com destaque para as produções audiovisuais. O difícil acesso ao território faz com que só cheguem as mídias parceiras pelas trilhas a pé. Os documentários “No rio e no mar”, “Monstro invisível”, “Vento forte” e “Mulheres das águas” garantiram que a mensagem chegasse mais longe. “Temos orientado os territórios para produzirmos mais e para denunciarmos mais através do audiovisual. Sabemos que por trás da tela tem uma pessoa nos ajudando a ‘ferramentar’ a

luta pela garantia dos direitos dos territórios de se manterem vivos. É uma ferramenta que precisamos para formar os nossos, para que expandam essas denúncias e contem essa história desde dentro”, conta Eliete.

O que se apresenta, então, como o **“fazer nossa própria via de comunicação” envolve, no espectro macropolítico, a disputa dos meios de fazer e pensar a comunicação** — por meio da presença na academia, no Legislativo, no Executivo e nas instituições não governamentais que incidem no setor. Envolve também centenas de jovens produzindo conteúdos diariamente, o desenvolvimento de plataformas livres que resistem ao monopólio das grandes corporações de mídia e a produção e distribuição de publicações que acompanham sementes e sonhos de quem transita saberes de todos os tipos pelo país. **No espectro da micropolítica, a comunicação envolve o manejo dos afetos nesse espaço-tempo**, onde ele ganha máxima potência e não é obstruído pela branca vontade de poder, abrindo caminhos para transformações profundas.

## Comunicação circular, intercâmbio e itinerância

A prática da comunicação gerada a partir e para os territórios e comunidades deve levar em conta duas premissas. Uma conta sobre **o valor que o saber ancestral de fazer comunicação ganhou no percurso de olhar como novidade para essas práticas antigas e cotidianas**. Reconhecer, por exemplo, na itinerância das mestras griôs, uma tecnologia que finca raízes em África e garante, até os tempos atuais, importantes intercâmbios para povoados que se preparam para receber a força e os conhecimentos dessas entidades. A outra conta sobre como, empunhando esse valor, as comunidades vêm **encontrando brechas nos espaços institucionalizados de construção do sentido da comunicação e do comunicar**.

No **Quilombo Nossa Senhora do Rosário**, em Ribeirão das Neves (MG), a tradição do Congado sustenta processos de intercâmbio — metodologia ancestral de rede de cuidado — por meio da prática de “pagar visita”. Na festa de honraria à Nossa Senhora do Rosário, a comunidade recebe centenas de guardas de congado. Essas visitas recebidas são pagas também com visitas. Isto é, o quilombo recebe a visita de outras guardas e as retribui também participando da festa anual do território, em um movimento constante e circular que corporifica a fé e atualiza vínculos fundamentais para a proteção ancestral comunitária.

A partir de gerações e gerações em luta, indígenas, quilombolas, periféricos e povos da terra e do terreiro têm chegado à academia, conscientes e ao mesmo tempo diferenciados do jogo de colonizador-colonizado. Assim, há a **possibilidade de que uma nova dança do saber** seja criada. Esse fenômeno sustenta a **entrada da comunicação circular na academia**, soprando a “cura” — como diriam as xamãs — da ciência masculinista de seu espírito de inquisição, que olha para problemas complexos com o mesmo terror dos inquisidores sobre as bruxas. “Estou aqui para solucionar, para comunicar como se o sol estivesse sempre a pino”, diz a ciência masculinista com suas palavras inteiras, porém vazias de sentido. “Estamos aqui para narrar, para lembrar e para somar, com a sabedoria de quem entende que as noites escuras são inevitáveis e férteis”, diz a ciência circular, com suas meias palavras, porém repletas de sentido.

**A comunicação circular é inerente aos territórios.** Feita com pés no chão e cabeça erguida, vai muito além da informação desencarnada. Ela é habitada por sentidos comuns, herda toda a bagagem criativa, ancestral e estratégica. Tem corpo, tem cor, tem canto, tem rezo, tem dança, tem sonho, tem luta, tem dentes e tem terra nas unhas. É uma comunicação viva, dialógica, na qual é intrínseca a relação da comunicação com os processos de educação e cultura. Remete a uma forma encarnada de produzir o discurso, de apalpar para dar luz à potência da escuta nos silêncios, dos olhos nos olhos, do vínculo gerado na convivência cotidiana.

A fome é de **autonarração como estratégia de autodefesa e autocuidado**, e não como estratégia de dominação. Um sem-fim, porém sempre com um começo, com memórias — criadas no chão da comunicação oral, que guardam a

sabedoria de que é fundamental contar sempre as mesmas histórias e que elas são também sempre diferentes a cada vez que são contadas. É por isso que a comunicação circular conversa com os campos sutis da percepção do comunicar e coloca a escuta em sua mais sensível performance. “Ó procê vê” (“olha para você ver”), convoca a sabedoria mineira.

## Comunicação e autoformação como rede de cuidado

A colonização, o racismo e a inquisição imprimiram a marginalidade na maior parte dos corpos, sobretudo de mulheres, com um registro de que para sobreviverem deveriam guardar em segredo suas verdades vitais. Nas últimas décadas, a escolha por contar, principalmente entre os nossos, e sair da sombra tornou-se uma estratégia. **É fundamental para as redes de cuidado dar a saber da existência de cada pessoa de luta.** Uma comunicação que considera a vida como centro, e que está à disposição do que é relevante para manter nosso povo vivo, se alça às redes de cuidado.

“Eu estou orando, pedindo a força aos nossos encantados. Sem esse ser espiritual nós não vamos chegar lá. Se alguma outra comunidade precisar das minhas palavras, da minha oração, do meu amor, nós estamos aí.”

**MARIA MUNIZ (MAYÁ)**, Aldeia Milagrosa (Território Pataxó Hãhãhãe, BA)

**Ao se dar a saber da existência de alguém, origina-se uma rede de cuidado. Só existe cuidado em rede se existe partilha sobre com quem lutamos, por que lutamos e como lutamos.** Saber sobre a outra e o outro de um lugar dignificado abre os caminhos para o fortalecimento de vínculos. A escuta amplia e sensibiliza a compreensão. E isso possibilita a implicação com as lutas e a disputa do discurso sobre a história de nossa força.

Nessa autolibertação do conhecimento assombrado pela branquitude, o papel das mulheres na comunicação ancestral é central. A reprodução da vida nunca foi um fazer vertical. **Foram principalmente as mulheres parteiras, erveiras, cuidadoras de si e da comunidade que pariram a horizontalidade da comunicação ancestral.**

Visibilizar o trabalho reprodutivo desloca e politiza o papel dessas mulheres na comunidade. Na medida em que esse papel social é visto e valorado — “desprivatizado” — abrem-se os caminhos. Tornam-se mestras, articuladoras, estrategistas, gestoras, pajés, parlamentares. Tornam-se cientistas, matemáticas, professoras, enfermeiras, médicas, advogadas. Tornam-se as produtoras que já são deste “outro mundo” que já é.

E, por serem reconhecidas por suas parceiras, criam um corpo coletivo que — ao se posicionar ciente das agressões e violências que gritavam “esse lugar não é para você” ou “só esse lugar é para você” — amplia a luta, tornando todo o território capaz de responder que esse lugar não é mesmo “para nós” e sim “a partir de nós”. Sozinha, uma mulher pode aprender a escrever. **Organizadas coletivamente, essas mulheres podem provocar e ampliar fissuras sistêmicas.**

O Assentamento Terra Vista (Teia dos Povos Bahia), com Solange Brito guiando e dando o “sul orientador”, vem, concretamente, fazendo escola. Com alto investimento nas bases educacionais, é pioneiro na retomada da comunicação, ao produzir e distribuir conteúdo altamente qualificado pelas novas mídias.

É por isso que a comunicação comunitária caminha de mãos dadas com metodologias desde a intersecção dos

saberes da cultura e educação em um fluxo contínuo de aprendizagem. **Autoformação é a maneira como as mulheres aprendem, umas com as outras.** A histórica exclusão de mulheres dos espaços formais de educação e de decisão acabou por formá-las bem-sucedidas nos ensinamentos que acontecem entre um ponto do bordado e outro, na calada do cotidiano. Uma experiência espelhada nas caminhadas de comunidades e populações tradicionais.

Mesmo após ocupar os espaços e passar por processos formais de educação — incluindo as universidades —, os fortes registros dessa potente metodologia no corpo-mulher das comunidades fazem com que qualquer possibilidade de compartilhar conhecimento aconteça — seja num movimento sorrateiro, entre as brechas de uma reunião de mães da escola, seja num movimento pelas alturas, ousando a institucionalização dessa pedagogia. A confiança e a cumplicidade são elementos centrais dessa cultura tecelã que garante o acesso ao conhecimento e à informação.

O “vira-voto”, um dos momentos mais potentes da disputa à presidência do Brasil no ano de 2018 (quando, no segundo turno, o então candidato da direita, Jair Bolsonaro, estava à frente de seu adversário, Fernando Haddad (PT), mas ainda havia uma esperança de reversão desse quadro), tem raízes nessa metodologia que vem das cozinhas, do colocar-se em convívio cotidiano e prosaico com aquelas pessoas que até então eram apenas um “outro”. No vira-voto, grupos auto-organizados e não necessariamente vinculados a um coletivo ou instituição pré-existente montavam no espaço público o cenário do diálogo, com artefatos preciosos para o acesso à memória afetiva de momentos de cumplicidade, conspiração e intimidade: cadeiras em

torno de mesinhas com garrafas de café, chás, sucos e quitutes preparados com carinho anunciavam o convite à horizontalidade, à ocupação de um mesmo chão. A prosa era ofertada a quem passava e topava uma troca de ideias, angústias, sonhos ou receios sobre o que poderia vir ou não a partir dos resultados da eleição.

## Ancestralidade e tecnologia

*“Os mais velhos já estavam nos orientando: ‘A gente vai passar por um momento de crise!’. E eles estão dizendo mais: ‘Depois disso, a gente vai passar por um momento de fome!’. É um momento de crise, só ainda não sabíamos o que era. E virá um momento de fome, e nós já estamos nos preparando pra isso. É o já é, ainda não sendo.”*

**ZICA PIRES**, do Quilombo Santa Rosa dos Pretos (Teia MA)

A comunicação entre mundos é um conhecimento e prática ancestral que coloca o respeito em condição primordial para a abertura dos processos dialógicos. A espiritualidade ensina que qualquer trabalho de comunicação precisa de permissão, proteção e atenção aos mais sutis sinais que se materializam na chama da vela inquieta, avisando que as energias não estão estáveis, ou no bocejo da pessoa que escuta, evidenciando que a fala está em baixa frequência. Toda erveira sabe que não se retira uma folha da mata sem pedir licença. Um povo conectado à sua ancestralidade leva esse aprendizado para a comunicação cotidiana sobre quaisquer temas, seja na assembleia do território, seja nas mensagens de WhatsApp, seja numa *live* no Instagram.

Nas conjunturas adversas, a conexão com o sagrado, mais uma vez, mostra que o céu é também o chão dos territórios. **A dimensão do sagrado sempre guiou os**

**caminhos, como cuidado não só do território, mas do mundo em tempos de crise — estabelecendo elos intergeracionais profundos.** São redes de cuidado espirituais que, por meio dos encantados e dos encantamentos, pacificam a relação humana com o mistério. Ao contrário do pensamento hegemônico, que posiciona o mistério como um demônio a ser aniquilado com a revelação ou o apagamento, na cosmovisão dos povos que vivem a ancestralidade, desde as matrizes indígenas ou africanas, o mistério é parte da realidade e recebido com alegria. Assim, o cuidado é tecido na camada do invisível, do sonho, da conexão entre os vários mundos que mostram caminhos que cuidam do agora.

“Toda sexta sempre realizamos o nosso ritual, onde tamo sendo orientado. Nós, todo tempo, tamo tomando nossas beberage, tomando o chá do cipó d’alho, misturado com a raiz de buti e misturado com a casca da aroeira preta. Cipó d’alho e água é antivírus. Tudo que queima, que arde, o vírus não consegue. Raiz de buti é contra a dor e protege o seu fígado. E a casca de aroeira desinflama seu pulmão, deixa seu pulmão resistente. Tomando nossos banho, nossos defumador, resina da almescar, resina do jatobá, capim de aruanda, alfazema, alecrim. A gente tá tendo esses cuidado. Não existe o remédio por parte dos laboratórios, mas nós temos nosso laboratório natural, que é a selva, as matas, o cipó, a raiz, a semente, a casca.”

**CACIQUE NAILTON MUNIZ** (Território Pataxó Hãhãhãe, BA)

Ainda durante a pandemia do coronavírus, para conseguir cumprir as obrigações com o espiritual, que dão sustento ao material, a comunidade do Quilombo Nossa Senhora do

Rosário (MG) precisou reunir a sabedoria de jovens e velhos que abriram juntos uma nova trilha na mata. Os rezos passaram a acontecer por ferramentas de rede social, *lives* no Facebook e no Instagram, proporcionando a aproximação de pessoas que não chegavam aos encontros presenciais. Em consonância, as irmandades puderam manter um intercâmbio contínuo e a solidariedade para atravessar esse momento de crise deu a liga. Como desdobramento desse bailado entre tradição e inovação, preconceitos epistemológicos e o racismo de fora para dentro também foram expostos. Porém, o território pôde perceber que há ali capacidade de resposta e enfrentamento. Para não morrer é melhor aparecer, mas não sem antes ter a força de uma comunidade, que, unida, pode segurar o balanço dos ventos fortes que a abertura da janela pode trazer.

Ainda que a transformação da Internet em terreiro e a ligação entre ancestralidade e tecnologia pareça inusitada para os desavisados, para os povos tradicionais há muito em comum entre as novas e as ancestrais tecnologias de comunicação e informação com o cuidado. Nos territórios onde os firmamentos estavam levantados, assim como no processo onde havia práticas agroecológicas, a encruzilhada com a tecnologia encontrou terreno fértil.

Em 2020, o povo Pataxó Hãhãhãe, do sul da Bahia, que tem uma trajetória importante de luta por suas terras, começou a promover **“a retomada das telas”**, uma construção intergeracional que juntou os conhecimentos ancestrais de Dona Maura, parteira e curandeira, a propriedade política do seu filho Fábio, guerreiro que conhece o terreno e as armas da luta indígena no Brasil, e a competência técnica do seu neto Fabrício, que corporifica a juventude

indígena que chegou à universidade. Em agosto daquele ano, realizaram um mês de Lives do Povo Pataxó Hãhãhãe em uma comunidade no Facebook (“Somos Hãhãhãe”), colocando lideranças, guerreiras e guerreiros pataxós para dialogarem sobre temas importantes no contexto da pandemia do coronavírus.

“Eu acho que a gente já nasceu com a tecnologia. Acho que a humanidade nasceu na África e, naquela mitologia, naquela herança, tem Ogum, que é o orixá da tecnologia, do ferro. Se ele tem uma necessidade, ele vai lá e resolve. É assim. Então, eu acho que a gente convive muito bem com tecnologia por conta disso. E o computador é uma tecnologia. Lá atrás, o homem ainda carregava por exemplo o peso nas costas e ele desenvolve o arado, desenvolve a roda, o ferro, era com a madeira que a gente pescava e depois começam a desenvolver as tecnologias. Tem mil histórias dos povos, milhares de anos antes de Cristo, milhares de anos atrás, que desenvolveram o ferro. O ferro é uma necessidade! É um mineral da terra! Então assim, tem que entender essa história para entender a tecnologia. Tecnologia para quê? Eu acho que a tecnologia é importante para a gente rodar uma chave de uma porta que até agora estava trancada para a gente. A gente não demorou muito para entender o software livre, que o pessoal ficava dizendo: ‘mas como vocês vão fazer?’ Mas a gente entendeu, a gente caiu pra dentro! Não demorou a gente entender... O pessoal pergunta: ‘Como é que vocês lidam tão bem com o software livre?’. Mas é uma coisa tão simples, a gente vive com isso, a gente tem a tecnologia, a gente tem as histórias que Ogum nos traz da forja, do ferro, isso faz parte da nossa natureza, a gente tem esse elemento na nossa essência. Eu

acho que é se conectar com isso ao invés de ficar achando dificuldade. É uma coisa natural. É Ogum se materializando, se ressignificando o tempo inteiro.”

**MÃE BETH DE OXUM.** Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil, de Alana Moraes, Bruno Tarin e Jean Tible (2015)

Em muitos casos, a tecnologia está não só aproximando como também pondo em pé o sagrado e as redes de cuidado espirituais. **A Internet tem sido uma ponte para que os saberes atravessem corpos para além da própria comunidade, cruzando oceanos, aproximando territórios distantes e tecendo o Sagrado.** É como descobrir com quem se pode contar no mundo, numa aliança mais profunda. Qual é o tamanho do nosso corpo real? “Mesmo com tanta diversidade, existe uma qualidade comum entre todos esses povos: a imensa capacidade de resistir e de produzir vida”, explica Fabrício Titiah, jovem indígena do povo Pataxó Hãhãhãe.

“A memória compartilhada entre velhos e jovens e nossa imensa certeza sobre nossos direitos, nos uniu em torno do nosso maior objetivo: retornar para nossa terra e garantir aos vivos e aos encantados a vida no território de seu povo. Nossas terras, nossos parentes, nossos encantados, nossos rituais.”

**FABRÍCIO TITIAH,** aldeia Água Vermelha, território Pataxó Hãhãhãe, durante live Somos Hãhãhãe

O quilombola mineiro Mestre Dirceu conta que, para quem é parte do Quilombo Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis (MG), povo profetizado pela força da lua, o tempo é guardião de uma importante sabedoria. Uma

sabedoria fundamental para praticar essa comunicação que articula e produz o comum, traz a força das retomadas, é circular, se alça às redes de cuidado, tem a autoformação como metodologia e está firmada na ancestralidade. É a comunicação que brota do tempo que é e que passa; do tempo que foi e do tempo reservado para uma boa prosa, brincar com nossas crianças e escutar nossas velhas e velhos; do tempo para aquilo que importa e nos coloca em condições de contar nossa história.



# **ECONOMIAS CONTRA A BARBÁRIE**



Preparar refeições, lavar louça, organizar e limpar a casa, lavar roupa, comprar comida, comprar remédios para a vizinha, ir de casa em casa tomando nota das urgências de cada família, trocar alimentos, cuidar das plantas. Fazer o trabalho do cuidado emocional e da saúde mental, pelo silencioso acolhimento das angústias, mediação de conflitos, orientação dos princípios. Organizar o bloqueio a uma rodovia quando falta água, escola, energia elétrica, posto de saúde, saneamento, mobilidade, alimento. Tecer estratégias de mobilização e articulação por direitos, de diálogo institucional e denúncia quando esses direitos são violados. Guardar a festa e a celebração. **A produção da vida se dá pelo cuidado, que acontece exaustiva e invisivelmente, todos os dias. E é por isso que a vida é possível.**

Manter a qualidade do viver diz sobre a capacidade da sociedade de construir possibilidades cotidianas e dar respostas. Todas essas práticas listadas, mesmo que não reconhecidas, **são a parte não paga que mantém a economia.**

Qualquer atividade necessária para sustentar a vida é parte da economia. Sendo assim, o dito trabalho de reprodução da vida (cuidar das crianças e dos mais velhos, da alimentação de todos, limpar a casa, etc.) e o dito trabalho de produção (geralmente feito fora de casa, “ganha pão”, “ganhar dinheiro”, “empreender”) compõem a economia, em um arranjo de codependência. Porém, o trabalho de reprodução, que na maior parte das vezes é realizado somente

pelas mulheres, majoritariamente se dá encerrado na esfera privada, sem atribuição de valor monetário e social.

Para muito além do mercado, a economia é composta por todas as atividades que garantem as condições necessárias para que as pessoas cumpram suas funções produtivas e “estejam em seus trabalhos” todos os dias; ou seja, também implica tarefas não monetarizadas.

A economia espelha o mundo e seus valores hegemônicos. Portanto, reflete o domínio da sua lógica patriarcal e racista. A economia capitalista é dotada de interesses em práticas voltadas à perpetuação de seu jeito de operar, subordinadas a uma relação de produção e a um modo de vida a serviço do capital e fincadas nos privilégios mantidos pelas suas relações desiguais. O que se está habituado a chamar de “economia” tem como base o lucro, pela exploração e acumulação, sobre o trabalho e sobre tempo de muitas, para o benefício de poucos.

Quem pilota essa máquina opressiva gera a ideia de propriedade privada, compra e vende a ciência que os serve e fomenta megaempreendimentos. Produz o agronegócio, que é a ampliação cruel do imperialismo no campo, com sua lógica das sementes adulteradas e homogêneas e relações de produção altamente desiguais. Produz a mineração, a destruição da água, as queimadas, os conflitos de terra e o desmatamento. Essa máquina sempre contou com o trabalho não remunerado das mulheres e de suas crianças, que vivem no Sul Global.

Com esse dinheiro sujo de sangue, os donos do capital investem na construção ideológica do imperialismo, que se mantém a partir de falsas premissas. Entre elas está a meritocracia e a competição: a ilusão de que, trabalhando muito duro, é possível fazer parte do círculo que desfruta dos privilégios e benefícios dos exploradores. Há também a ideia

de que quanto mais se produz, mais se tem; e quanto mais se tem, melhor se é. Que a pessoa é o quanto ela produz, culpabilizando indivíduos pela pobreza em que vivem, associada a um esforço insuficiente. De que, trabalhando muito, seria possível elevar o crescimento econômico do país, o que traria melhores condições de vida para todas e todos.

Dessa forma, se mantém o mito de que somente é trabalho o que for realizado em troca de salário, e de que só tem valor o que se converte em dinheiro e gera lucro. Isso exclui em grande parte a atuação das mulheres no trabalho de reprodução e de cuidado.

A moeda não é justa. A moeda é feita para não chegar na mão das mulheres, apesar de muitas vezes desempenharem jornadas triplas ou quádruplas, trabalhando mais que os homens. Trabalho não pago. Essa relação mascara a contradição que está entre manter a vida com seus tempos de reprodução e o processo de acumulação capitalista do sistema dominante.

O sistema econômico se desenvolveu em oposição às bases materiais que sustentam a vida, assim como as tarefas de produção também se desenvolveram desvinculadas da vida. A economia travou uma batalha contra a vida. Seus avanços materiais estão contra a natureza. Está contra as relações que sustentam a dignidade humana, contra os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, contra a manutenção da saúde, contra a produção de alimento limpo, contra as futuras gerações e as gerações que já passaram (com seus saberes), contra a continuidade da humanidade.

Assim, é urgente uma economia que faça a crítica e se erga em bases sólidas e justas, trazendo para o centro o cuidado, a reciprocidade, os direitos, a autonomia e, principalmente, a vida.

## **Economia feminista: o arranjo sistêmico das redes de cuidado**

Na América Latina — incluindo o Brasil —, o cotidiano traz realidade para o debate da economia que move o bem viver apesar das precariedades, da privação de direitos e de acesso aos bens materiais e da distorção ideológica.

Na construção narrativa ficcional e hegemônica, são os homens e as relações financeirizadas que asseguram o mundo. Seria, então, pela força capitalista e seus principais agentes (os homens brancos) que a vida seria possível. Porém, se olharmos para a realidade, percebemos que o mundo só existe pelo trabalho, em grande parte não pago, de mulheres, muitas delas mães que criam famílias sem qualquer participação dos homens. Então, frente às ilusões capitalistas, que nunca foram o que mantém o dia a dia das famílias e tampouco da comunidade, é urgente subverter o olhar.

Ao se ater na economia que torna o dia a dia viável, apesar das condições estruturais fincadas na política de morte, se começa a dar a saber o que torna o existir possível. E assim, a visibilizar como a máquina da vida acontece. **Em grande medida, sobrevivemos graças às redes de colaboração e cuidado cotidianas, mantidas predominantemente pelas mulheres e sua alta capacidade de resolutividade.**

Elas dialogam com as diversas vozes e coletividades, têm como base valores e as formas de construir o comum. E se a maneira como as mulheres fazem suas relações for aplicada à economia, com o acúmulo da experiência de

quem sempre esteve na marginalidade e usa da inteligência para manter a vida mesmo quando a conta não fecha, é possível construir uma outra economia.

**A economia das mulheres está o tempo todo em movimento e atualiza-se com a pergunta: dadas as condições atuais, o que precisa ser feito agora para tornar a vida vivível?** Por isso, traz respostas rápidas e precisas para o agora.

“É importante aprender a distinguir assistencialismo de como as redes de solidariedade foram e seguem sendo importantes para o cuidado das ocupações.”

**JULIANA SANTOS**, Movimento Sem Teto da Bahia

Crises agudas e generalizadas, como a pandemia da Covid-19, tendem a ser um grande desafio para a inteligência estratégica da organização territorial e para as redes de cuidado. Exigem que várias esferas organizativas sejam acionadas no mesmo território em busca de garantir acesso básico à comida e condições mínimas de enfrentamento à crise e aos agravamentos da vulnerabilidade gerados a partir dela, suscitando uma vasta complexidade de manejo dessas esferas e articulação em redes. Nos territórios nos quais, antes da eclosão da crise, já existia a organização de alguma prática mais estruturada de rede de cuidado, onde o protagonismo e a liderança de mulheres estavam sólidos, é possível perceber a qualificação de estratégias de enfrentamento dos problemas.

Nesses casos, frente a necessidades emergenciais, a resposta à fome (sobrevivência básica) se dá com um alto grau de elaboração, porque as redes de cuidado já estavam em pé, estruturadas com corpo territorial. E essa organização

prévia qualificou a resposta emergencial. Por vezes, superando **uma vertente assistencialista\*** (que historicamente não visa romper com a opressão e reforça a perspectiva de domesticação) em prol de percursos direcionados a garantia de direitos e da autogestão, que vem atuando para qualificar a organização na direção da dignidade, garantindo o acesso aos direitos sem se curvar e resistindo à política clientelista com autonomia e autogoverno.

Quem garante o cuidado básico é a **organização comunitária que, entre seus pares, de baixo para baixo, se esforça em não deixar ninguém cair**. Desse modo, as comunidades mais organizadas politicamente, com suas redes mais fortalecidas, **escoam cuidado**, compondo a rede de territórios vizinhos. **As redes de cuidado promovem a possibilidade de transbordar cuidado e insumos de apoio, garantindo a vida em larga escala, por toda a América Latina.**

Assim, o que já estava nas mãos é valorizado. Um exemplo disso pode ser a decisão de diversos territórios brasileiros de cultivar um alimento sem veneno, como uma importante estratégia de fortalecimento e prevenção de doenças. Desde a prática, as saídas coletivas foram se constituindo como caminho viável e eficaz para derrotar a sanha individualista.

---

\* Este termo faz referência à lógica de realizar ações pontuais para estabelecer uma relação de favor-dívida, que visa ao controle dos corpos e dos territórios. Não se reporta às ações gerais do campo assistencial, tampouco à atuação das assistentes sociais.

**Lucimar Sousa**, mestra tradicional, guardiã do Sítio Raízes (Teia dos Povos do Maranhão), ensina que “cuidar da mãe natureza é cuidar de si”. “Quando zelamos pela mãe natureza, que é terra, água e vida, nós podemos dizer: ‘somos terra, somos água, somos vida.’” Assim, trabalha para que esse cuidado possa deixar um legado para filhos e netos no amanhã.

A economia feita a partir da lógica das mulheres, aqui debatida, é necessariamente anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Ela é erguida de acordo com a forma como organizam o cotidiano, suas prioridades e entendimentos. É preciso fortalecer as formas de organizar o dia a dia e reconhecer a economia real, essa que mantém a vida nos territórios.

A economia do cuidado inverte a lógica de produção e consumo por meio de uma prática sintrópica e de cadeias vinculares; inverte a lógica do privilégio por meio da economia do compartilhamento; inverte a lógica da produção de conhecimento elitista por meio de uma economia do intercâmbio pela educação popular; inverte a lógica de exploração e acúmulo através das relações de reciprocidade e solidariedade; subverte e substitui a lógica do mercado por uma economia centrada na vida. Todas e todos sabem da relevância da mulher para a reprodução da vida. Da mesma maneira, elas têm se debruçado de forma significativa sobre todos os aspectos da **produção da vida**.

## Economia sintrópica

“Sintropismo” é um termo utilizado na agricultura que apresenta uma compreensão complexa sobre a interação entre os diversos ecossistemas. Se opõe à ideia de alterar o solo com adubação química, alterar geneticamente uma planta ou uma semente para que ela se adapte a condições de clima não adequadas ou a uma escassez de nutrientes no solo, premissas às quais as plantas são submetidas em um modelo de monocultura. Em contraponto, propõe trabalhar para qualificar as condições do modo de vida geral desse ambiente, de forma que ele se torne vivível para todos os seres, em uma relação de convívio e fortalecimento mútuo. A inspiração é encontrada na lógica de funcionamento de florestas e isso, adaptado ao cultivo, é chamado de agrofloresta.

Dessa forma, foca na biodiversidade, na criação de ambientes complexos compostos por bilhões de seres, cadeias interdependentes e inseparáveis, que mantêm o solo fértil e as condições climáticas em equilíbrio, respondendo aos ciclos naturais, às necessidades da vida animal e, consequentemente, ao desenvolvimento de plantas saudáveis. Uma economia sintrópica, então, se propõe a qualificar os meios e as condições de vida, em sua totalidade.

Na produção agrícola isso se expressa na **opção pela produção biodiversa (cultivar diversas espécies), pela preocupação com a segurança e a soberania alimentar e pela prática ancestral de guardar sementes e manter a produção**

**livre de venenos.** Também aqui as mulheres desempenham um papel de destaque quando não se curvam ao discurso do capital, do lucro e do poder, mais sedutor à subjetividade masculina forjada pelo capitalismo. Como, normalmente, quem convoca as mulheres é o cotidiano — e não somente o capital —, elas, em menor escala, se propõem a produzir, sendo que esta produção, muitas vezes, também tem o foco no consumo da sua família. Nesse sentido, as mulheres, por sua responsabilidade histórica de garantir a vida dos seus, articulam práticas para qualificar as condições de vida em sua totalidade, e elaboram respostas para essa demanda, nomeada aqui como “economia sintrópica”.

Uma característica de uma parte das produtoras rurais é zelar pela qualidade da produção, até porque normalmente não diferenciam o que será vendido do que será consumido pelas próprias famílias. Isto é, **não diferenciam a reprodução da vida, de suas produções.** Como são as mulheres que predominantemente manejam o cuidado e elas não têm o direito de adoecer, visto que são o pivô do cuidado de outros, a partir de sua experiência tendem a traçar uma **relação direta entre saúde e alimento de qualidade.**

Na prática, priorizam o cuidado também com a saúde da terra, estreitando a cadeia de exploração da natureza, sendo esta mais uma via de cuidar de si e dos seus, o que, conseqüentemente, responde à qualidade na produção, visto que a terra mantém seus nutrientes chegando até os alimentos cultivados. Existe gestão de demanda, adaptam um espaço pequeno, se produz somente o necessário, cultivando só o que podem comer ou comercializar, privilegiando a biodiversidade e a produção limpa. Visam à dignidade nas relações coletivas de cuidado com a produção. **O trabalho é**

**coletivo, tem liderança compartilhada, tem autogestão e considera as relações entre as pessoas e a natureza.**

Mesmo quando não estão envolvidas diretamente no plantio, como é o caso das pessoas da cidade, são majoritariamente mulheres as que vão às compras e escolhem minuciosamente o alimento que será levado. Preocupadas com a qualidade do alimento ingerido pelos seus, estão envolvidas na pesquisa, eleição e gestão das melhores possibilidades para o consumo.

## A agroecologia e o horizonte da economia do cuidado

*“Uma das estratégias de cuidado é o fortalecimento dos quintais produtivos pela agroecologia. Fica nítido que quem não planta está vendo que tem mais dificuldade. Quem planta, além de ter o que comer, está comendo um alimento saudável, sem veneno. Quanto mais veneno, menos saúde.”*

**RITA DE CÁSSIA**, Movimento Sem Teto da Bahia

A agroecologia é um campo de prática, mobilização e elaboração. Uma síntese de ações ancestrais e contemporaneamente tecida por mulheres. Caracteriza-se pela produção e sistematização de conhecimento desde a prática local, criando soluções eficazes para o cotidiano. A agroecologia é a capacidade de agir com os elementos que se tem nas mãos, no seu ambiente. Ela transforma as relações de trabalho, altera modelos de produção, valoriza as memórias e as trocas de saberes e transforma cadeias de produção. Ergue-se sobre pilares de reciprocidade, igualdade, justiça e distribuição de tarefas. Coloca no horizonte da produção a manutenção e a criação de práticas e estratégias justas, diversas e sustentáveis em contraposição ao modelo de exploração da mão de obra, que visa somente a relações de lucro. Foca na qualidade do produto e não na exploração da terra e das pessoas. Foca também em condições de vida plena para quem produz o alimento.

Diversas comunidades tradicionais e territórios de resistência estão participando da criação de novas cadeias de produção e consumo. Entre elas, a priorização de redes onde se crie vínculo, escuta, gestão para a vida, circuitos curtos, médios, vendas diretas e/ou com intermediários das próprias redes.

Muitas vezes, a prática agroecológica completa lacunas que foram apagadas, sobre a origem da produção, quem a produziu e quem a consome, ampliando vínculos inclusive com a natureza. Oferece ao consumidor o que a natureza produz em cada estação, incorporando os ciclos naturais que influenciam no que se come, seus sabores, cores e texturas. Com isso, criam-se vínculos fortes entre quem produz e quem consome. Quando o processo produtivo é colocado em contexto, ele se humaniza.

**Ribeirão em Defesa da Vida** (MG) é uma iniciativa de coletivos que se juntaram para uma ação emergencial na pandemia da Covid-19 por meio do fortalecimento dos grupos de autodefesa territorial de onze comunidades. Articulou-se uma vasta rede de solidariedade através de compras da rede de produtoras agroecológicas e comerciantes locais, fortalecendo, ao mesmo tempo, as famílias em vulnerabilidade, pequenas produtoras e comércio.

Por outro lado, uma das características do sistema capitalista é que as cadeias de consumo ditas “globalizadas” fazem com que o melhor da produção de países pobres do Sul Global seja desfrutado pela população branca de países ricos do Norte do mundo, por meio de um complexo circuito de exportação (e exploração), que exige altos investimentos em logística e transporte movidos a petróleo.

A economia sintrópica ou agroecológica regula o consumo. O intuito é que as comunidades possam se nutrir do alimento que sabem cultivar. Alimentos frescos, saudáveis, sem veneno, colhidos na estação do ano correta. **Nesse sentido, este tipo de agricultura reivindica e possibilita que quem produz possa consumir o que produziu.** Também quando o consumidor compra da produtora local, da pequena comerciante, o modo de vida se transforma na base, por via de novas aprendizagens e modos de viver.

## Redes vinculares e economia da reciprocidade

Um dos grandes nós da agricultura que produz para a comercialização em pequena escala é o custeio da produção e o escoamento e a distribuição de seus produtos. Em áreas mais próximas aos centros urbanos, várias experiências de canais diretos entre produtores e consumidores têm criado redes relacionais que visam atender ambas as demandas (de quem produz e de quem consome), e uma delas é a chamada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).

Basicamente, a CSA é uma estratégia vincular de redes de cuidado por meio de cadeias justas entre o campo e a cidade. Funciona através de um “acordo de sociedade” entre produtores e consumidores, a partir do qual ambos investem no processo produtivo. O consumidor, que já colaborou financeiramente com os custos de produção, recebe seus produtos em casa e, conseqüentemente, tem com eles uma outra relação: de afetividade, cumplicidade e participação. Se, porventura, ocorrerem perdas na lavoura, o prejuízo também é compartilhado. Isso garante estabilidade e segurança a uma produção marcada pela autonomia. Gera relações de confiança, vínculo, humanização e reconhecimento ao trabalho, historicamente precarizado e marginalizado na agricultura no Brasil. Dignifica, possibilitando condições de planejamento e uma maior estruturação para a agricultura, que enfrenta o capitalismo em seus desdobramentos perversos no campo.

“Há dois anos construímos uma CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) na ocupação Tomás Balduino, em Ribeirão das Neves (MG). Com a pandemia da Covid-19, a logística de distribuição de cestas ficou comprometida, pois as entregas eram realizadas pelos próprios agricultores, de ônibus, e entregues em pontos de distribuição. Então, existia um risco real. Houve, então, a suspensão das entregas e, num primeiro momento, os consumidores doaram suas cestas para a própria Ocupação e seguiram bancando suas cotas, fazendo jus ao nome ‘Comunidade que Sustenta a Agricultura’. Num segundo momento, foi desenhado um novo arranjo. A entrega domiciliar passou a ser feita semana sim, semana não, por um dos moradores que, com a falta de emprego, começou a trabalhar de Uber e entrou no sistema da CSA. Em semanas alternadas, as cestas continuaram a ser doadas para moradoras da ocupação. O custo total, inclusive do transporte, foi aceito e bancado pelos consumidores.”

**VIVIAN TOFANELLI**, das Brigadas Populares (MG)

Um dos terrorismos ideológicos do sistema capitalista é a ideia de que só acessa algo quem pode pagar. Isto é, pela via do privilégio. Existem diversas barreiras que trabalham para impedir que produtos, serviços, conhecimentos e dignidade sejam acessados por todas e todos. Muitos privilégios não se dão somente pela via do dinheiro (como, por exemplo, o atendimento integral e digno no serviço de saúde, ou fazer compras no supermercado sem ser seguido por seguranças quando se é negro). Existem esferas na sociedade desigual que não são acessíveis a todos, nem pagando. Há uma diferença importante entre acesso e privilégio. O privilégio é uma condição de vantagens pré-adquiridas,

sejam sociais, políticas ou culturais, de uma pessoa ou um grupo, em detrimento de outros. Já o acesso é uma luta constante por direitos, por dignidade e bem viver, daquelas e daqueles que não nasceram com privilégios, sejam de cor, classe ou gênero. Portanto, não é somente o dinheiro que divide, apesar desta ser uma mensagem muito forte que o sistema imprime principalmente na juventude.

Assim, quando a necessidade de acesso se coloca como urgência nas comunidades, são novamente as mulheres que em muitos casos oferecem, a partir de suas experiências cotidianas, criam as saídas mais concretas. Elas subvertem a lógica de privilégio, construindo seus próprios caminhos e estratégias — afinal, a vida precisa ser acessada. São muito experientes na construção de pontes. Cruzam pontes diariamente (entre a parte velha e a parte “nova” das cidades, entre casas de luxo e barracos), e desde essas caminhadas desenvolvem habilidades para tornar acessível o inalcançável. Uma das maneiras para isso é criar uma economia que tem bases no compartilhamento.

Nesse processo, uma das estratégias mais comuns é a construção de redes entre si. Por meio das redes, fluem acessos, afetos, apoios, possibilidades e serviços. Através de suas práticas políticas territoriais, respondem como uma teia (de sustentação) quando a situação se encontra em gravidade. Essa forma de organização econômica, que contém altas cargas de ancestralidade, produz redes de cuidado capazes de construir uma sólida economia do compartilhamento, do apoio mútuo, da reciprocidade e da solidariedade. Tecer redes de cuidado, de proteção e de solidariedade torna viável a premissa de que todos devem poder acessar o que precisam para viver.

Para dar conta das precariedades quando o Estado é omissivo ou violador, na tentativa de manter o básico, os territórios têm que ativar suas redes, e até mesmo redes de redes, com intencionalidade de solidariedade, pensando na situação do conjunto das famílias. Isso inclui a construção e a gestão de grupos de autodefesa, uma ação **coletiva, autogestionada, potente e solidária**.

**Lhia de Souza**, Vila Bispo de Maura (MG); **Rita**, MSTB; **Nayane Ferreira**, do Quilombo Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis (MG); **Luh de Paula**, da ocupação Vitória (MG); **Zica Pires**, do Quilombo Santa Rosa dos Pretos (Teia MA); **Valéria**, do Residencial Alterosas (MG). Todas trabalharam incansavelmente por seus territórios. Frente a crises sociais, econômicas, ambientais e sanitárias, a gestão das mulheres, mais uma vez, se coloca à disposição da coletividade. Elas, de forma autogestionada, mapeiam famílias do território e suas necessidades específicas, assim como monitoram o avanço das crises, das violências e dos agravamentos decorrentes delas. Em meio a toda essa gestão, também sofrem com as violências contra as mulheres, o desemprego e a sobrecarga de trabalho em casa. **Estão na linha de frente do cuidado para a sobrevivência em seus territórios**. São as redes vinculares cotidianas e constantes, construídas majoritariamente por mulheres entre mulheres, que garantem a existência territorial.

Outra prática que se insere, de certa forma, no conceito de redes de cuidado é o sistema de busca de financiamentos externos de projetos ou processos. Nesse sentido, coloca-se novamente na pauta o uso de tecnologias e da comunicação. Um exemplo é o chamado financiamento coletivo — ou

vaquinhas on-line, como são popularmente conhecidas. Esse instrumento foi largamente utilizado durante a pandemia do coronavírus, quando inúmeros movimentos sociais assumiram o cuidado de milhares de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Por todo o país, foram dezenas de campanhas de financiamento coletivo que viabilizaram estruturas e logísticas para arrecadação e distribuição de alimentos e itens de higiene para populações e comunidades ameaçadas pelo contágio e pela fome.

Ou seja, os financiamentos coletivos são uma maneira de arrecadação colaborativa de recursos, com o objetivo de realizar um projeto de interesse coletivo. Criaram-se assim redes vinculares que, articuladas por meio da comunidade local organizada, acionam uma parcela mais ampla da sociedade.

Esses processos exigem, porém, um trabalho de planejamento coletivo para a estabilidade socioeconômica. Já contando que as redes de solidariedade têm limites, **é preciso projetar uma atuação de médio e longo prazo para geração de autogestão econômica, à qual se possa dar seguimento para além das campanhas de solidariedade.**

## O conhecimento e a economia das sementes

A produção coletiva de conhecimento desde a prática cotidiana é uma metodologia bastante eficaz e ancestral. O sentido da produção do conhecimento é do coletivo para o coletivo, a serviço do bem comum, pela via do compartilhamento. Se dá pelo dia a dia dentro das famílias, a partir dos próprios quintais e da natureza.

As formulações nascem no trabalhar, muitas vezes coletivo e sem a preocupação com a universalidade. O conhecimento é transmitido e trocado, e assim cresce e melhora, se aprofunda, se complexifica (e ao mesmo tempo se torna simples). Aqui, radicalmente, há uma inversão da lógica hegemônica de produção de conhecimento — que é de caráter individual em busca de respostas universais, consolidada no refutar de ideias —, criam-se divisões hierárquicas entre natureza e humanos, entre o sentir e o pensar, corpo, espírito, energia, razão e emoção.

O conhecimento das comunidades, que vem desde as tradições, é de **produção coletiva em busca de reflexões para as diversas coletividades. Ela é cumulativa, numa somatória de experiências que cruzam os corpos, com eles aprende e neles encontra sentido para seguir viva, forte e presente no dia a dia.** Mesmo no caso das mestras e mestres tradicionais, **o saber individual está a serviço do bem comum.** A economia do intercâmbio, que é formulada desde a prática coletiva, é muitas vezes a maneira de produzir, difundir e aperfeiçoar conhecimento,

gerando desdobramentos no modo de vida, pela potência de acesso.

Entre territórios se dão trocas de saberes, intercâmbios e autoformações, muitas vezes em mutirões, rodas de conversas, visitas e diálogos. **Essas trocas não são mediadas pela moeda, mas a sua existência é dependente da partilha como veículo.** A partir delas, é possível cocriar estratégias para qualificar as ações territoriais, interligando as redes de inteligência para resistir a ameaças externas. Os saberes e conhecimentos são sementes, que contêm em si um universo de informações.

Por menor que possam parecer, as sementes são a base para a vida e é a partir delas que toda a floresta pode existir. **A semente contém a floresta.** Elas contêm as informações genéticas e ancestrais do que se é, do que será e do que já foi. Quando vemos, por exemplo, uma semente de cacau, nela estão todas as informações sobre o cacau, ela própria é o cacau e, se ela for semeada, poderá se transformar num grande cacauero, em um cultivo agroflorestal, ou até em chocolate.

Assim, a chamada economia das sementes versa sobre a temporalidade, ao considerar passado, presente e futuro materializados no aqui e agora, para a tomada de decisões. Nela, a continuidade da vida é central, e carrega a reciprocidade e o respeito nos caminhos de produção, nos caminhos de consumo e na elaboração de um conhecimento em que o princípio do cuidado seja o eixo. Portanto, propõe-se ocupar os “mercados” com **uma economia para a continuidade da vida.**

**Marli Borges**, Quilombo do Guerreiro (Teia dos Povos do Maranhão), nos apresenta o seu “Bem Viver” contando um

pouco de sua história e mostrando sua produção de hortaliças, medicinais e cachaça. É mãe de 6 filhos, avó de 11 netos, e cultiva “comida de verdade” em sua horta familiar, onde produz o alimento da grande maioria de sua família sem veneno. “Estamos no resgate da nossa cultura, nossa tradição, dos nossos ancestrais, nós estamos fazendo o que aprendemos com os nossos bisavós”, explica Marli.

### **Em resumo, economia para a vida**

Economia é o campo no qual as relações de reprodução e produção se desenvolvem. Desde a realidade cotidiana, a economia comunitária ou de cuidados pode se desenvolver em um espaço não mediado somente pela iniciativa privada, mas por um sistema guiado pela comunidade, por meio da autogestão, com bases no bem comum. Tendo como premissa básica a lógica feminista, essa economia para a vida se baseia na forma como as mulheres constroem as relações e tomam decisões, onde as relações são mediadas pela reciprocidade, pela qualidade e pelo sentido de justiça.

## **Alinhavar, o bordar para fazer memórias**

Na defesa de um horizonte de bem viver, este material foi escrito com unhas de terra. Quem tem chão para pisar consegue olhar para o horizonte com a firmeza que a terra dá. É com os pés neste chão, em roda e em rede, ao lado das mestras e mestres, que se traça o destino destas palavras como um convite do passado, presente e futuro entrelaçados no tempo circular.

Sob a regência dos Cuidados, são puxadas cadeiras de fazer escuta, intercâmbio e pensar juntas e juntos, como o próprio Cuidado traça seus percursos. Assim, ele conta histórias sobre si, seus e suas protagonistas. Vocaliza às suas redes cotidianas hegemonicamente invisibilizadas suas práticas de autogoverno e seu desejo de potência quando colocado à luz do dia — não como algo que acontece pelas beiradas, mas sim como um eixo central e estruturante da vida.

Navegar pelas redes de cuidado, de forma itinerante, é se dispor ao balanço das águas que nos levam a uma pluralidade de temas e ampliam o olhar para as diversidades de existires. É abaixar o volume da expectativa de especialização — que só faz mergulhar pelas dimensões verticais — e ampliar o volume da profundidade horizontal que nos convoca desde diferentes miradas aos múltiplos significados. Ao dar espaço ao desconhecido, proporciona a construção de um novo que chegue com gosto de fruta madura.

Esse horizonte é composto, sobretudo, pela diversidade de perguntas, em busca de que cada vez mais,

humildemente e passo a passo, seja possível aperfeiçoá-las. Para dar conta das barbáries, as redes de cuidado apresentam diversidade de economias para compor outras noções do que está gerando cotidiano e sendo desenvolvido, a partir da inteligência territorial, na intenção de dar a saber o que de fato mantém a vida vivível.

Que haja vento e seres para espalhar estas palavras. Que haja calor e frio para que elas cresçam. E que haja solo e vasinhos de terras férteis para que sejam plantadas — inclusive nas pequenas varandas, túneis e fissuras entre pedaços de concreto dos grandes centros urbanos. Pela via da comunicação circular, apalavramos os caminhos dos cuidados em direção à retomada de sentidos, para compor este grande “banco de palavras-sementes” (do qual somos só parte), confiando que seu plantio proporcionará que essas diversas histórias cresçam pelo mundo, fazendo e marcando a memória com a vida e a luta das reais tramadoras e tramadores deste país.





Posfácio **Paola Ricaurte Quijano**

## **POR UMA POLÍTICA COMUNITÁRIA DOS CUIDADOS: OS CUIDADOS COMO RE-EXISTÊNCIA**

Quando o Coletivo Etinerâncias se aproximou de mim com o convite para escrever umas palavras sobre esta publicação, me senti imensamente honrada, grata e feliz. Existe uma razão pessoal, pois este texto representa a cristalização de muitos anos de compromisso de pôr em movimento uma política de cuidados comunitária a partir dos corpos e territórios nos quais se entrelaçam as vidas das integrantes do coletivo. Outra, mais pública, porque com a publicação *Redes de Cuidado: revoluções invisíveis por uma vida vivível*, o Coletivo Etinerâncias nos dá uma visão do cuidado como práxis política comunitária dos territórios periféricos, do Sul epistêmico, onde se vive o cuidado como resistência cotidiana frente ao abandono ou ao ataque do Estado. Neste relato de múltiplas vozes, os depoimentos nos mostram a relevância da experiência e do lugar das mulheres como nós de articulação de redes de cuidados que se destacam em todos os âmbitos da produção e da reprodução da vida.

Etinerâncias nos oferece um caminho para entender que em muitos lugares de Abya Yala o cuidado custa a vida. Nos desafia, nos lembrando que o corpo coletivo, o corpo-território, o corpo-mulher, é exterminado pelos sistemas necropolíticos de dominação. Por isso é importante mostrar como opera a lógica do extermínio e ao mesmo tempo tornar visíveis os mecanismos de resistência que possibilitam a vida. Acreditamos que essas resistências das redes de cuidado também podem ser entendidas como

re-existência. Adolfo Albán Achinte, artista e pensador afrodescendente colombiano, refere-se à re-existência como o conjunto de práticas por meio das quais as comunidades recriam seus mundos materiais e simbólicos e a partir daí enfrentam as desigualdades, a marginalização, a discriminação e a racialização. A re-existência, então, representa uma aposta política pela “redefinição e ressignificação da vida em condições de dignidade” (Achinte, 2013). É também um exemplo de que nos territórios de Abya Yala a resistência e as re-existências que acontecem no dia a dia constituem contrapedagogias da crueldade (Segato, 2018) encarnadas pelas mulheres-redes para viabilizar o projeto de vínculos.

## **As grandes crises e a necropolítica**

Como menciona a feminista radical boliviana María Galindo, crises como a pandemia da Covid-19 são um evento político planetário (Galindo, 2020), uma crise civilizatória. A pandemia é a consequência de um modelo de mundo que não pode continuar vigente e também é a causa das múltiplas consequências que estamos vivendo e que se prolongarão pelos anos que estão por vir.

No território de Abya Yala, a pandemia expôs uma realidade em que as desigualdades, os sistemas de controle e as violências estruturais foram exacerbados em todas as ordens e espaços. Nos mostrou o fracasso do modelo capitalista, colonialista, patriarcal, racista, sexista, classista, que destrói a natureza e as comunidades que a habitam: um modelo de mundo baseado na necropolítica (Mbembe, 2008). Os

operadores da necropolítica decidem quais pessoas devem morrer porque suas vidas são consideradas descartáveis.

A barbárie mais uma vez nos confronta com a questão sobre o futuro que queremos para nossa região e que podemos construir, a partir dos saberes ancestrais das comunidades auto-organizadas que resistem há mais de 500 anos. A publicação *Redes de Cuidado: revoluções invisíveis por uma vida vivível* honra os saberes e práticas invisíveis das comunidades, e em particular das mulheres, que como “tecido invisível e subterrâneo”, como raízes tecidas no subsolo, são as que sustentam as árvores da vida apesar das necropolíticas que procuram destruí-las: “No contexto das militâncias, a imensa maioria das práticas políticas territoriais que têm a vida como centro são articuladas por mulheres”. Este texto documenta e sistematiza esse papel crucial que as mulheres desempenham na sustentação de suas vidas e na vida de outras durante a pandemia, um feito político que tem sido invisibilizado pelas instituições do Estado. São as redes-mulheres, as redes-comunidades, as redes-afetos, que, através de sua práxis crítica, comunitária, feminista e decolonial, com seus corpos coletivos, seus saberes-experiências, respondem frente ao feito histórico e se reimaginam para garantir a sustentabilidade da vida como ato de resistência durante a pandemia.

## **Cartografias, saberes e redes de cuidado**

O Coletivo Etinerâncias também compartilha conosco ferramentas epistemológicas para mapear as redes de cuidado. As cartografias de cuidado mostram como, através

do automapeamento e da documentação da própria experiência e relatos como ferramenta de memória, é possível recuperar e intercambiar os saberes de uma para as outras. São também um exemplo das pedagogias da re-existência (Achinte, 2013). Essa dimensão do conhecimento mapa-história-memória, das metodologias-mulher, como poderosa ferramenta contra o epistemicídio, também se articula com a compreensão da dimensão comunicativo-política como estratégia para disputar narrativas hegemônicas. Os rituais ancestrais, a espiritualidade, magia e mistério dialogam com as tecnologias digitais e com a possibilidade de construção de sentidos comum-comunitários intergeracionais. Construir sentidos comuns é ressignificar a experiência no conjunto das experiências comunitárias, que neste tempo de crises representa uma âncora frente às estratégias dos Estados autoritários e patriarcais e dos meios de comunicação a serviço do poder que buscam polarizar, negar, desinformar, invisibilizar e, assim, desvincular as pessoas para que percam sua capacidade de ação política. Os homens brancos, que lideram o femigenocídio, aproveitam a sobrecarga imposta às mulheres como estratégia epistemicida para impor seu domínio. Em contextos precários e periféricos marcados pela violência, “cuidar custa vida”. Por isso é necessário insistir nos fundamentos do cuidado em sua dimensão coletiva e social. Tecer as experiências do saber, ser, sentir, fazer, viver das mulheres nos territórios oferece novos horizontes teóricos, metodológicos e empíricos que contribuem para conceber o cuidado como um ato político.

## O Corpo-Território

O texto faz um recorrido desde o corpo, o primeiro território de disputa, até chegar na visão de futuro que sonhamos, um futuro justo e digno para todas. A compreensão do corpo como território advém da vivência de mulheres defensoras que falam do corpo como primeiro território de cuidado e como esse corpo cuidado é ao mesmo tempo o ponto de partida da defesa do território-terra. O ato de uma mulher que reivindica o direito de cuidar de si mesma é revolucionário porque vai contra a lógica do extermínio. Na história das mulheres, se reivindica o direito ao ritual, à pausa, à cura, à criação. Além disso, nos alerta para não cairmos na armadilha das narrativas dominantes e dos sistemas opressores, pois suas estratégias visam reduzir a potência das mulheres, sobrecarregando-as de responsabilidades, culpas e trabalhos não reconhecidos para reduzir sua capacidade de ação política. Portanto, vemos mulheres cansadas, sem tempo pelo excesso de trabalho, incapazes de compartilhar seus conhecimentos com outras ou sistematizá-los, pois estão sustentando a vida ininterruptamente. Assim, o sentido comunitário de cuidado torna-se fundamental. Diante do abandono das instituições do Estado, as redes de cuidado tornam a vida mais vivível. Esse reconhecimento mútuo do papel que as redes de cuidado desempenham em nossas vidas se abre através da pergunta: você se lembra de uma mulher muito importante para tornar sua vida mais vivível? Uma pergunta que nos permite tomar consciência dessa rede que tem nos permitido viver e nos sustentar.

## **Redes de cuidados, autonomia e autogoverno**

Diferentemente das narrativas do capitalismo, que vêm acompanhadas de emergências e das urgências que focam em resultados, a experiência das organizações de base territorial nos mostra que os tempos da vida possuem outra escala que não pode ser reduzida aos tempos do capital. A organização de base territorial sustentada ao longo do tempo deve ser cozinhada lentamente, com muito trabalho, como a semeadura, o crescimento e a colheita, que não podem ser apressados. Essa outra escala temporal é fundamental para compreender que as lutas ancestrais das mulheres pelo direito ao cuidado alicerçam a vida em comunidade em outras escalas temporais que possuem também um caráter revolucionário em meio às lógicas de produtividade e eficiência nas quais vivemos.

Os processos de construção de autonomia, autogestão e autogoverno para uma vida que caminhe em direção à dignidade são processos duradouros, processos que são pensados em um horizonte histórico maior. Nesse sentido, e pensando na longa trajetória de luta das mulheres, o texto nos mostra que a relação das mulheres com o Estado tem três dimensões complementares: uma luta pelo Estado, pela reivindicação de direitos, ou seja, para que existam condições institucionais de vida; outra luta contra o Estado, para se opor à violação de direitos e denunciar o Estado agressor; e outra para além do Estado, para construir formas paralelas de autogoverno comunitário. Essa clareza sobre como as lutas das mulheres são orientadas também mostra as múltiplas maneiras pelas quais a organização comunitária pode reverter os sistemas de extermínio desde

o micropolítico ao macropolítico. A autodefesa e a tomada do poder político por meio de mandatos e mandatas coletivas também são formas de cuidado que se fundamentam na crença de que, organizadas, as mulheres podem causar fissuras sistêmicas.

## **A visão de futuro e a sustentabilidade da vida**

Queríamos percorrer esta proposta que mostra que os caminhos para a construção de futuros comuns existem, estão sendo construídos com o compromisso dos corpos-territórios, que assumem a sua corresponsabilidade na criação de condições para uma vida digna. Essas redes de cuidado, que são invisíveis, não aparecem nos discursos oficiais, que não são contabilizadas, mas que tornam a vida possível. Essa práxis política que mostra o movimento lento, sustentável e vital das redes-autonomia, autonomia-mente, sementes-justiça, justiça-futuro, futuro-vida. As redes de cuidado como práxis política comunitária são a esperança de salvação diante da crise civilizatória que os sistemas de extermínio nos impõem.

Esta publicação é resultado dessa práxis e, por isso, devemos celebrar coletivamente esse testemunho do tecido das redes de cuidado como possibilidade de resistir e re-existir.

## REFERÊNCIAS

Achinte, A. A. (2013). Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: Walsh, C. (ed.). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*, 1, 443-468.

Galindo, M. (2020). María Galindo: "Ni las causas ni las consecuencias de la pandemia se van a resolver en un laboratorio de microbiología. Estamos ante un hecho político planetario". *La Vorágine*. <https://lavoragine.net/maria-galindo-ni-las-causas-ni-las-consecuencias-de-la-pandemia-se-van-a-resolver-en-un-laboratorio-de-microbiologia-estamos-ante-un-hecho-politico-planteario>

Mbembe, A. (2008) Necropolitics. In: Morton, S., Bygrave, S. (ed.). *Foucault in an Age of Terror*. London: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9780230584334\\_9](https://doi.org/10.1057/9780230584334_9)

Segato, R. (2018). *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Editorial Prometeo.









## **SOBRE NÓS**

O Coletivo Etinerâncias atua de forma autogestionada e itinerante, no fortalecimento das experiências autônomas em comunidades tradicionais e espaços de resistência pelo Brasil e outros países da América Latina.

Os tempos seguem difíceis para quem luta e resiste. A política do capital avança com fortes estratégias sobre nossos corpos, sobre nossas memórias e territórios. Frente a isso, nós nos organizamos para defender a vida. Elegemos o cuidado e suas redes em sua dinâmica territorial como centro desta prosa. Fomos provocadas ao exercício de desprivatizar e aprofundar no debate disto que nos move, ou seja, o cuidado. Aqui, convidamos à convivência com este debate, a plantar, colher e se transformar com alguns frutos oportunizados por ele.







**FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**

## **FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**

Escritório Brasil – São Paulo

Diretor **Torge Löding**

Rua Ferreira de Araújo, 36

05428 000 São Paulo SP

Tel. 011 3796 9901

[rosalux.org.br](http://rosalux.org.br)

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva de Coletivo Itinerâncias e não representa necessariamente a posição da FRL.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Capasso, Raissa

Redes de cuidado: revoluções invisíveis por uma  
vida vivível / Raissa Capasso, Débora Del Guerra,  
Gabriel Kieling. – 1ª. ed. – São Paulo: Fundação  
Rosa Luxemburgo, 2021.

ISBN 978-65-89834-01-4

1. Ciências sociais. 2. Redes de cuidados.  
3. Feminismos. 4. Revoluções. 5. Autonomia.  
I. Del Guerra, Débora. II. Kieling, Gabriel. III. Título.

21-70541

CDD 300

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Redes de cuidados: Ciências sociais 300

Bibliotecária Maria Alice Ferreira – CRB 8/7964

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença  
Creative Commons de "Atribuição + Uso não comercial + Não a  
obras derivadas" (BY-NC-ND)



**TIPOGRAFIA** Roboto e Source Serif Pro, tipografias *open-source*

**PAPEL** Pólen bold 90g/m<sup>2</sup>

**IMPRESSÃO** Rettec



**Prefácio** Áurea Carolina  
**Pós-fácio** Paola Ricaurte  
**Coautoria** Lívia Ascava



Redes de cuidado são um tecido invisível e subterrâneo, que sustenta a existência, qualifica o caminhar e mantém, historicamente, a vida vivível. Operam sempre em coletivo e são fundamentais à sobrevivência política, porque movem e fazem acontecer a luta. São tecidas nas entrelinhas e despertam nossa história, nosso corpo, nossa luta, nos dizem sobre quem somos, de onde viemos e sobre a força que temos.

ETINER --  
- ANCIAS  
COLETIVO ETINERÂNCIAS

FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO

ISBN 978-65-89834-01-4

